

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DE ALAGOAS



Fundação
Nacional
de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

MACEIÓ, MARÇO / 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017 e Portaria CGU nº 500 de 08 de março de 2016.

MACEIÓ, MARÇO / 2017

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Distribuição e Informação:

Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Endereço: Av. Durval de Goes Monteiro, 6122 – Tabuleiro do Martins – Maceió/AL

Telefones: (082) 3194-2020

Página na internet: www.funasa.gov.br

Cep: 57080-000

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado por Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas. Estado: Alagoas

Ministério da Saúde:

Fundação Nacional de Saúde, 2017.

95 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERINTENTE REGIONAL DA FUNASA EM ALAGOAS

Domício José Gregório Arruda Silva

COORDENAÇÃO

Domício José Gregório Arruda Silva
Superintendente Estadual da Funasa em Alagoas

EQUIPE TÉCNICA

Ademar Ferreira Lima Júnior
Chefe Substituto da Seção de Planejamento e Acompanhamento

Clauce Maria Costa Cavalcante
Chefe da Divisão de Administração

Diogenes Otero Galhardo Braga
Chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Edson Duarte Pacheco
Chefe do Serviço de Convênio

José Cícero de Almeida
Chefe do Serviço de Saúde Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CONTEÚDO GERAL	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	10
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	10
1.2. Ambiente de Atuação.....	11
1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	11
1.3. Organograma da Unidade	15
1.4. Macroprocessos Finalísticos	18
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	25
2.1. Planejamento Organizacional.....	25
2.2. Desempenho Orçamentário.....	30
2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	30
2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	30
2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	30
2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores	30
2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	31
2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por receptores	31
2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas.....	33
2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação	33
2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa.....	34
2.2.3.3. Restos a pagar	36
2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	37
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	42
3.1. Descrição das Estrutura de Governança.....	42
3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	42
3.3. Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	42
3.4. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	42
4. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	44
4.1. Gestão de Pessoas	44
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	44
4.1.1.1. Composição da Força de Trabalho.....	44
4.1.1.2. Distribuição da Força de Trabalho.....	44
4.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	45
4.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal.....	46
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	47
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	48
4.1.4.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	48
4.1.4.2. Contratação de Estagiários.....	49
4.1.5. Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	49
4.1.6. Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas	49
4.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	54
4.2.1. Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	54
4.2.2. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	56
4.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	57
4.2.3.1. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC.....	57

4.2.3.2	Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	57
4.2.3.3	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	60
4.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.....	63
4.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	63
4.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	63
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	63
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	63
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.....	63
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	64
5.1	Canais de acesso do cidadão	64
5.2	Carta de Serviços	65
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	65
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	65
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	65
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	66
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	66
6.1.1	Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10	66
6.1.2	Justificativa quanto à aplicação dos procedimentos patrimoniais	70
6.1.3	Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício	71
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	71
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	72
6.4	Conformidade contábil.....	84
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	85
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	88
7.3	Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	89
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	89
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	89
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda.....	90
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	90
9	CONCLUSÃO	90
10	ANEXOS E APÊNDICES	91
	DECLARAÇÕES	91
	DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	91
	DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETUE DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC	92
	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	93
	DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	94
	DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.3.1 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	16
Quadro 1.4.1 Descritivo do macroprocesso: gestão de ações de engenharia em saúde pública	19
Quadro 1.4.2 Descritivo do macroprocesso: gestão de ações de saúde ambiental	21
Quadro 1.4.3 Descritivo do macroprocesso: gestão de convênio	23
Quadro 1.4.4 Macroprocesso iniciados: gestão de educação em saúde	24
Quadro 1.4.5 Principais processos mapeados da gestão de convênio	24
Quadro 2.2.2.2.1 Prestação de contas sobre transferências concedidas.	30
Quadro 2.2.2.3.1 Situação da análise de contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	31
Quadro 2.2.2.4.1 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	31
Quadro 2.2.3.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação	33
Quadro 2.2.3.2.1 Despesas por grupo de elemento de despesa	34
Quadro 2.2.3.3.1 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	36
Quadro 2.3.1 Indicadores de desempenho - saneamento	37
Quadro 2.3.2 Indicadores de desempenho - saúde ambiental	38
Quadro 4.1.1.1.1 Força de Trabalho da UJ	44
Quadro 4.1.1.2.1 Distribuição da Lotação Efetiva	44
Quadro 4.1.1.3.1 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	45
Quadro 4.1.2.1 Despesas do pessoal	46
Quadro 4.1.4.1.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	48
Quadro 4.1.4.2.1 Composição do quadro de estagiários	49
Quadro 4.2.1.1 Quantidade de veículos por grupo	55
Quadro 4.2.1.2 Média de quilometro rodado por grupo.....	55
Quadro 4.2.1.3 Idade média da frota por grupo	55
Quadro 4.2.3.2.1 Distribuição geográfica dos Imóveis da União.....	57
Quadro 4.2.3.3.1 Imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ, exceto imóveis funcionais	60
Quadro 6.3.1 Demonstrações contábeis	72
Quadro 7.1.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	85
Quadro 7.2.1 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	88
Quadro 7.3.1 Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	89
Quadro 7.6.1 – Despesas com Publicidade	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prestação de contas aprovadas com ressalva	32
Tabela 2 – Conformidade contábil – Ocorrências registradas	84
Tabela 3 - Conformidade contábil – Ocorrências não sanadas	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma Macro da Superintendência Estadual em Alagoas – SUEST/AL	15
Figura 02 – Estrutura de Divisão de Administração - DIADM	15
Figura 03 – Estrutura do Serviço de Saúde Ambiental - SESAM	16
Figura 04 – Estrutura do Serviço de Convênio - SECOV	16
Figura 05 – Estrutura Organizacional do DENSP	19
Figura 06 – Estrutura Organizacional do SESAM	20
Figura 07 – Estrutura Organizacional da DIREX	22

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANA – Agência Nacional de águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AMA - Associação dos Municípios de Alagoas
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
AUDIT – Unidade de Auditoria Interna
BI – *Business Intelligence*
CES/AL - Conselho Estadual de Saúde
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Paraíba
CGERH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGPLA - Coordenação Geral de Planejamento
CGU – Controladoria Geral da União
CQA – Controle da Qualidade da Água
Codesvasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba
CTS – Comitê Técnico de Saneamento Ambiental
CGU – Controladoria Geral da União
ConCidades – Conselho Nacional das Cidades
COREG – Unidade de Correição
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública
DIADM – Divisão de Administração
DOU – Diário Oficial da União
DIREX – Diretoria Executiva
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FPI – Fiscalização Preventiva Integrada
GA – Grupo de acompanhamento
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MSD – Melhorias Sanitárias Domiciliares
MHCDCh – Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas
OCI – Órgão de Controle Interno
OGU – Orçamento Geral da União
PMBS – Planos Municipais de Saneamento Básico
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico
PNS – Plano Nacional de Saúde
PNRS – Plano nacional de Resíduos Sólidos
PNCQA - Plano Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
PRODES – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
RIDES – Regiões Integradas de Desenvolvimento
SAA – Sistema de Abastecimento de Água
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário

SUEST – Superintendência Estadual
SUEST-AL – Superintendência Estadual em Alagoas
SAGEP – Seção de Gestão de Pessoas
SAPLA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
SESAM – Serviço de Saúde Ambiental
SECOV - Serviço de Convênios
SALOG – Seção de Recursos Logístico
SOCOM – Setor de Comunicação Social
SODEP – Setor de Desenvolvimento de Pessoas
SOTRA – Setor de Transporte
SOAPE – Setor de Administração de Pessoal
SOPAM – Setor de Patrimônio e Material
SORCO – Setor de Compras e Contratos
SADUC – Seção de Educação em Saúde Ambiental
SACQA – Seção de Controle da Qualidade da Água
SOCEC – Setor de Celebração de Convênios
SOPRE – Setor de Prestação de Contas
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SUCAM – Superintendência de Campanha de Saúde Pública
SUS – Sistema Único de Saúde
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV – Sistema de Convênios
SADUC – Seção de Educação em saúde
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SHI – Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SNSA – Sistema Nacional de Saneamento Ambiental
SNH – Secretaria Nacional de Habitação
SRHU – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiental Urbano
SeMob – Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana
SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde
SESAU - Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas
SEMARH-AL - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
TCU – Tribunal de Contas da União
TCE – Tomada de Contas Especial
URCQA – Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade Prestadora de Contas
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UFAL - Universidade Federal de Alagoas

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

Anexo I - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	91
Anexo II - DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC	92
Anexo III - DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	93
Anexo IV - DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	94
Anexo V - DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES.....	95

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por interesse apresentar as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2016, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, dando transparência das ações realizadas

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e Portaria CGU 500/2016, que definem as Unidade de Prestação de Contas (UPC) responsáveis por apresentar o Relatório de Gestão e o Processo Anual de Contas do exercício de 2016, a Presidência da Funasa e todas as suas Superintendências Estaduais (Suest) apresentarão Relatório de Gestão de forma individualizada. Com relação à Prestação de Contas, 9 (nove) dos Estados da Paraíba, Roraima, Santa Catarina, Amapá, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins apresentarão seus processos de forma individualizada. As demais Superintendências estão incluídas no Processo de Prestação de Contas Anual da Presidência.

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício, como se segue:

Itens que NÃO SE APLICAM A ESTA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

2.2.2.1 Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna;

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos

4.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

5.2 Carta de Serviço ao Cidadão;

Itens que NÃO HOUE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

4.2.4 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas;

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros;

CONTEÚDO GERAL

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde, instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A Funasa é dirigida por um Presidente, um Diretor Executivo e três Diretores de Departamento, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que cotam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades ribeirinhas, quilombolas e especiais.

No que se refere à Saúde Ambiental, considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

A Funasa órgão executivo do Ministério da Saúde tendo como:

Missão: Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

Visão: até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

Essas ações estão mais voltadas para áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas e municípios com população até 50.000 habitantes.

A Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas – Suest-AL, teve a responsabilidade de desenvolver os dois programas de governo que constam de sua Missão Institucional em 2016:

- ❖ As ações de **Saneamento Ambiental** desenvolvidas em todos os municípios de Alagoas, sendo priorizados os de até 50.000 habitantes e os situados na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, bem como a região do semiárido alagoano consistem em: saneamento em áreas de quilombos, saneamento em aldeias indígenas, melhorias de habitações para controle da Doença de Chagas, abastecimento públicos de água, esgotamento sanitário público, programas de resíduos sólidos, melhorias sanitárias domiciliares e Cooperação Técnica aos municípios, principalmente para a estruturação dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB.
- ❖ As ações de **Saúde Ambiental** cujo serviço começou a ser estruturado em 2011, têm como objetivos principais o controle da qualidade da água para consumo humano e a educação em saúde voltada para o saneamento ambiental.

1.2. Ambiente de Atuação

1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) Identificação dos principais parceiros

No desenvolvimento de suas ações a FUNASA-SUEST/AL, busca envolver os órgãos e instituições que de certa forma tenham interesse nas ações de saneamento básico, dentre os quais destacam-se:

Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA;
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL;
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL;
Universidade Federal de Alagoas – UFAL;

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH-AL;
Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL;
Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – SESAU;
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Paraíba –
CODEVASF - 5ª Superintendência Regional;
Associação dos Municípios de Alagoas – AMA;
Conselho Estadual de Saúde – CES/AL;
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

b) Principais atores que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2016-2019, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) **Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:**

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) **Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:**

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas;
- Crise econômico-financeira do país.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis;
- Déficit de saneamento existente no país.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suests – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração da Funasa, por intermédio do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, incorporou em sua estrutura o Departamento de Saúde Ambiental e transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a atuação da área de Saúde Indígena.

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

1.3. Organograma da Unidade

Organograma Macro da Superintendência Estadual em Alagoas – SUEST/AL

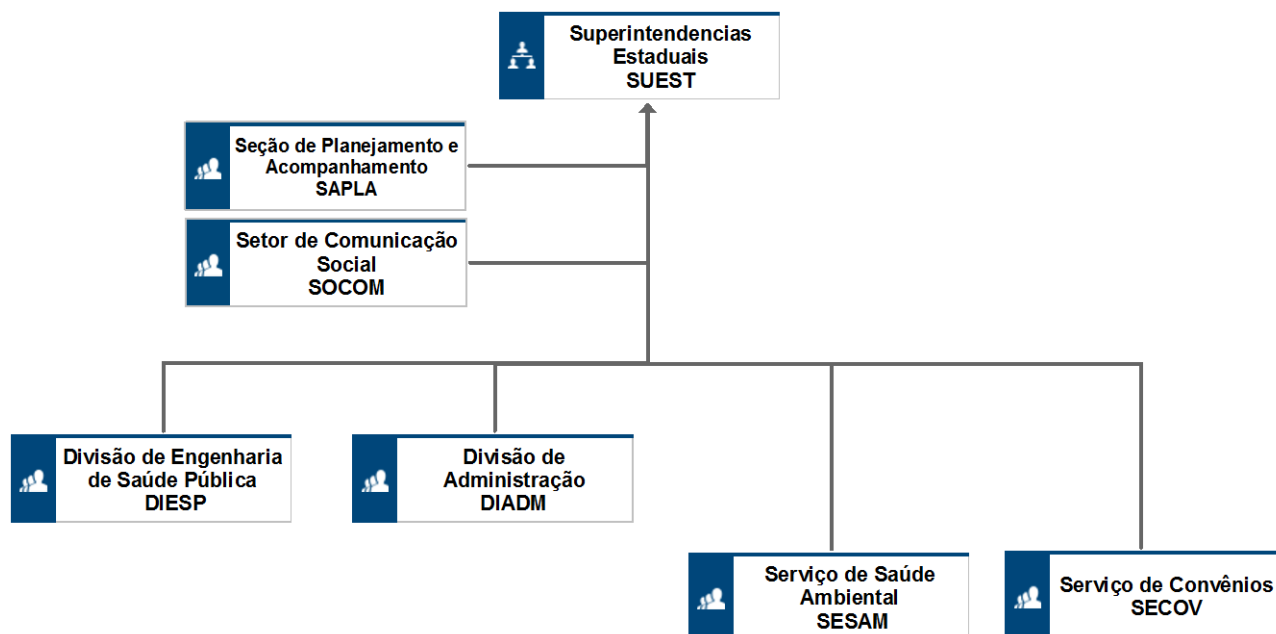


Figura 01

Estrutura da Divisão de Administração – DIADM

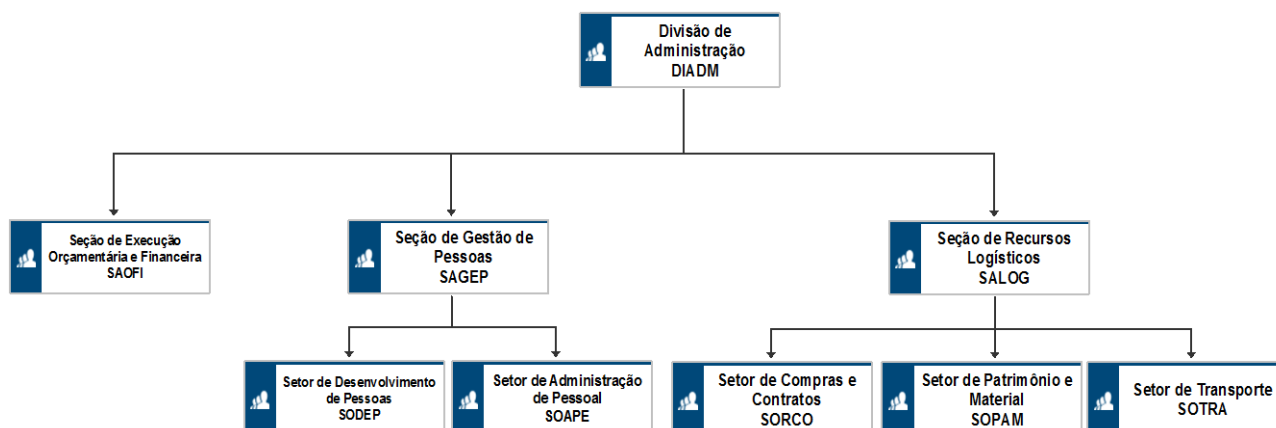


Figura 02

Estrutura do Serviço de Saúde Ambiental – SESAM

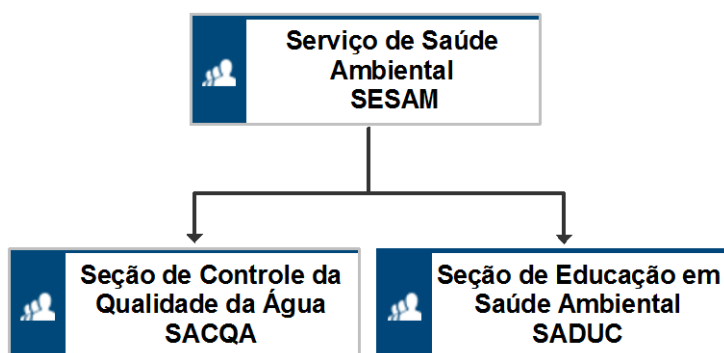


Figura 03

Estrutura do Serviço de Convênios – SECOV

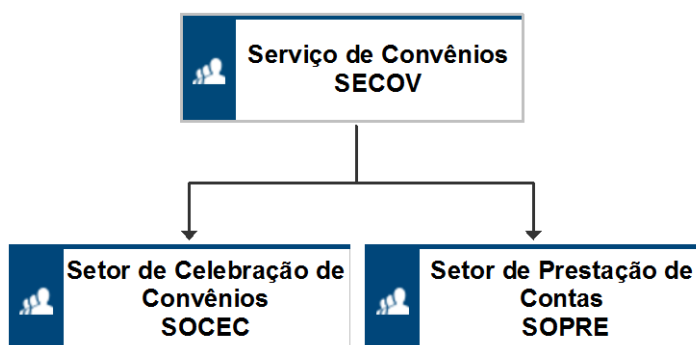


Figura 04

Quadro 1.3.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas a Saneamento Básico	Diogenes Otero Galhardo Braga (Titular)	Engenheiro	10/01/2016 21 a 25/01/2016 28/01 a 23/02/2016 04 a 13/03/2016 17 a 02/04/2016 09/04 a 08/05/2016 13/05 a 05/06/2016 10 a 26/06/2016 01 a 25/07/2016 05 a 09/08/2016 13/08 a 19/09/2016 23 a 25/09/2016 01/10 a 29/11/2016 07 a 27/12/2016.
		Bráulio Damas dos Santos (Substituto)	Inspetor de Saneamento	01 a 09/01/2016 11 a 20/01/2016 26 e 27/01/2016 24/02 a 03/03/2016

				14 a 16/03/2016 03 a 08/04/2016 09 a 12/05/2016 06 a 09/06/2016 27 a 30/06/2016 26/07 a 04/08/2016 10 a 12/08/2016 20 a 22/09/2016 26 a 30/09/2016 30/11 a 06/12/2016 28 a 31/12/2016
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas à Saúde Ambiental	Mariana Lopes Freire (Titular exonerada) José Cícero Almeida (Substituto exonerado) José Cícero Almeida (Titular)	Chefe do SESAM Agente Administrativo Agente Administrativo	01/01 a 18/01/2016 21/01 a 25/02/2016 19 e 20/01/2016 26/02 a 05/10/2016 26/10 a 21/12/2016 22 a 31/12/2016
Serviço de Convênios	Executar e acompanhar as ações de Gestão de Convênios	Edson Pacheco (Titular) Rejane Barreto (Substituta)	Agente Administrativo Agente Administrativo	02 a 03/01/2016 03 a 21/02/2016 24/02 a 02/03/2016 05/03 a 17/04/2016 21/04 a 17/05/2016 19/06 a 04/07/2016 04/08 a 03/09/2016 06/09 a 31/12/2016 04/01 a 02/02/2016 22 e 23/02/2016 03 e 04/03/2016 18 a 20/04/2016 18/05/2016 05/07 a 03/08/2016 04 e 05/09/2016

Fonte: SAGEP/DIADM – SUEST/AL

1.4. Macroprocessos Finalísticos

1. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Para execução das suas atividades finalísticas, a Funasa detém de três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, sendo eles: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações em Saúde Ambiental, Gestão de Parcerias de Convênios. As atividades ligadas a cada macroprocesso estão consubstanciadas nos tópicos a seguir.

1.1. Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Trata a relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle, estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento básico. A Funasa, através das Superintendências Estaduais, realiza apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, e suas atribuições conforme o Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 11. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para prevenção e controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;*
- II – formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- III – cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;*
- IV – sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais;*
- V – acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e*
- VI – fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.”*

Estrutura Organizacional do DENSP (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):

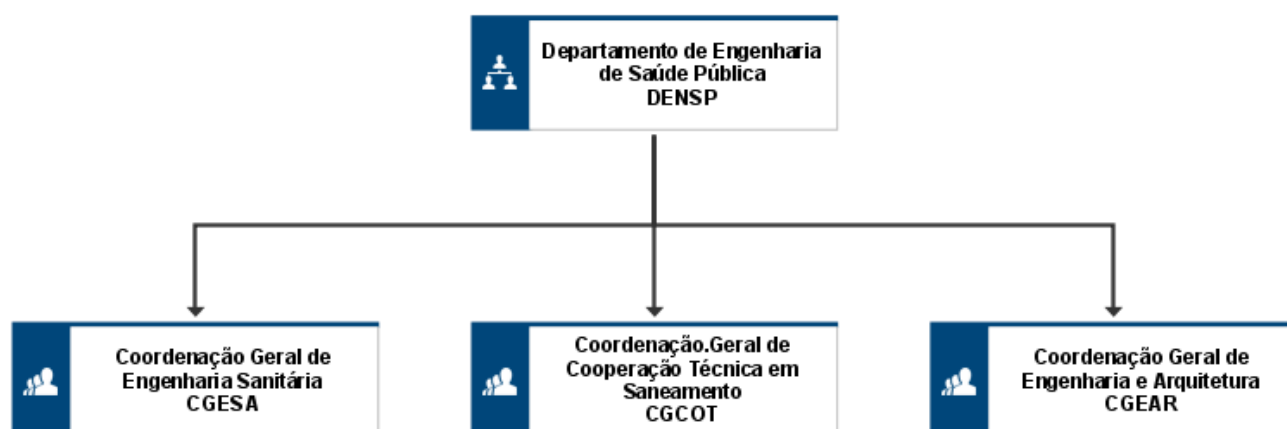


Figura 05

Quadro 1.4.1 Descritivo do Macroprocesso: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa. As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.	Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCDC), construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP), Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).

Fonte: FUNASA/PRESIDÊNCIA

1.2. Gestão de Ações de Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito deste macroprocesso estão o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Saúde Ambiental – DESAM e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 12. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- II – controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;*
- III – apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e*
- IV – fomento à educação em saúde ambiental.*

Estrutura Organizacional do DESAM (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):

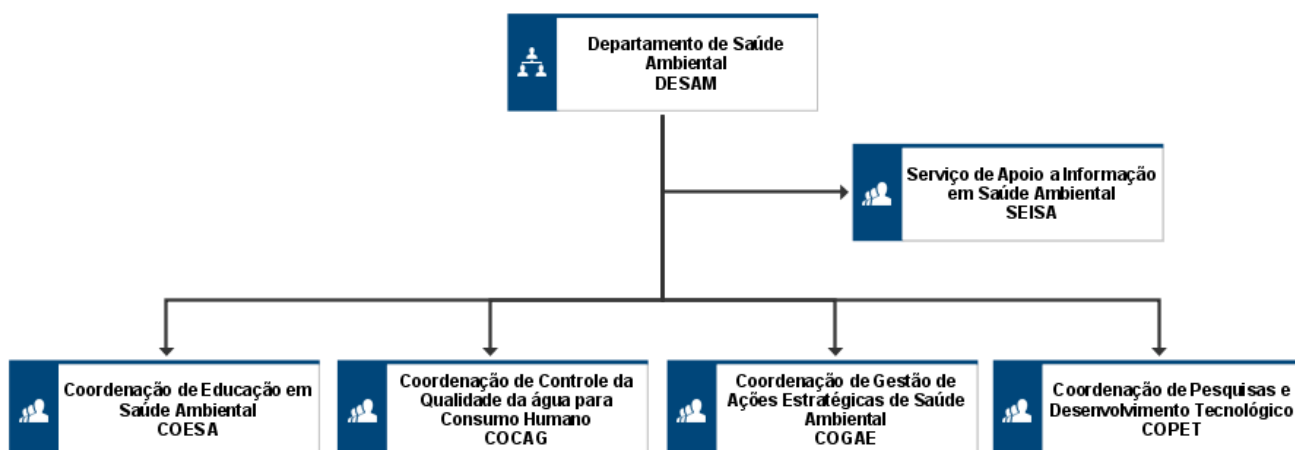


Figura 06

Quadro 1.4.2 Descritivo do Macroprocesso: Gestão de Ações de Saúde Ambiental

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

Fonte: FUNASA/PRESIDÊNCIA

1.3. Gestão de Parcerias de Convênios

Comporta todos os processos relativos à celebração e gestão de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC (transferência obrigatória).

As unidades responsáveis pelo macroprocesso é a Diretoria Executiva - DIREX e a Coordenação Geral de Convênios – CGCON e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 7. À Diretoria Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

- I – programas especiais do Governo federal afetos à Funasa;*
- II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;*
- III – elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;*

- IV – elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V – sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, com base em indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;
- VI – gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;
- VII – celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;
- VIII – gestão orçamentária da Funasa; e
- IX – elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.”

Quanto às atribuições da Coordenação Geral de Convênios, as mesmas estão em fase de aprovação do Regimento Interno da Funasa, que até o momento da elaboração deste Relatório de Gestão não havia sido aprovado e publicado, porém foi sugerido as seguintes competências:

“Art. 18. À Coordenação-Geral de Convênios - CGCON compete:

- I - propor os procedimentos internos, em conformidade com as diretrizes institucionais, para a celebração, o gerenciamento e a prestação de contas de convênios, os termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- II - manter atualizados bancos de dados com informações sobre convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- III - acompanhar e disseminar a legislação aplicável ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres em nível central e unidades descentralizadas;
- IV - coordenar as atividades relacionadas à celebração e à prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres celebrados pela FUNASA;
- V - promover a gestão de convênios, de termos de compromisso e instrumentos congêneres nas unidades descentralizadas; e
- VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das coordenações subordinadas.

Estrutura Organizacional da DIREX (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016)



Figura 07

Quadro 1.4.3 Descritivo do Macroprocesso: Gestão de Convênio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória). As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

Fonte: FUNASA/PRESIDÊNCIA

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. **Planejamento:** Onde se define os processos a serem mapeados;
2. **Mapeamento:** Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. **Análise e Redesenho do Processo:** Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. **Implementação:** Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Em relação ao macroprocesso de Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, ainda não foram iniciados mapeamentos dos processos desta área finalística. Quanto ao mapeamento dos processos do macroprocesso de Gestão de Ações de Saúde Ambiental, foram iniciados os mapeamentos, análise e melhoria dos processos listados abaixo, com previsão de continuação dos demais macroprocessos no decorrer do ano de 2017:

Quadro 1.4.4 Macroprocesso Iniciados: Gestão de Educação em Saúde

Processo	Principais Atividades
Gestão de Educação em Saúde	Fomentar ações de saúde ambiental.

Fonte: FUNASA/PRESIDÊNCIA

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Inovação e Infraestrutura Tecnológica/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Direx e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Quadro 1.4.5 Principais Processos Mapeados da Gestão de Convênio

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Fonte: FUNASA/PRESIDÊNCIA

Em outubro de 2014, até o presente momento, foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

- Celebração de Convênios
- Instruir para Repasse de Recursos
- Aditivos de Instrumentos de Repasse
- Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
- Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
- Controlar Dados de Convênios
- Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

Essa seção, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais, demonstra como a Funasa planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do relatório.

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em função da pendência de estabelecimento de um plano estratégico com definição dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, passa-se analisar as estratégias adotadas para a realização do definido no Plano Plurianual.

Em 2016 a SUEST/AL desenvolveu suas ações pautadas nos referenciais estratégicos estabelecidos desde 2012, buscando atingir o que preconiza os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Assim, foi dada continuidade as ações de acompanhamento de obras/equipamentos/planos nas ações o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, planos municipais de saneamento básico, melhorias sanitárias domiciliares e melhorias domiciliares para o controle de doença de chagas, bem como as ações de educação em saúde e controle da qualidade da água.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 2012 houve a definição dos seguintes referenciais estratégicos da Funasa em decorrência das alterações estatutárias ocorridas pela Lei n.º 12.314, de 19.08.2010:

» Missão

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

» Visão de Futuro

Até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

» Valores

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência, Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;

- Compromisso socioambiental.

Naquela oportunidade, não houve desdobramento dos referenciais em objetivos estratégicos da Funasa, tal fato inviabilizou a definição de metas e indicadores de desempenho institucional.

A Funasa, como integrante do componente de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), atuou no período de 2007 a 2010, em articulação com os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional nos eixos: Saneamento em Áreas Especiais, Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, Saneamento em municípios com população total de até 50 mil habitantes, Saneamento Rural e Ações complementares de saneamento.

Nos anos de 2011 a 2014, período referente ao PAC 2, a Funasa desenvolveu ações referentes aos Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Elaboração de Projetos e Saneamento Rural.

Assim sendo, os esforços da Funasa foram concentrados na execução do programa de governo. Nesse sentido, a Funasa adotou como objetivos institucionais aqueles estabelecidos nos referidos programas governamentais.

Nos anos de 2012 a 2015, foi utilizada a ferramenta MS Project para acompanhamento das ações desenvolvidas pela Funasa em decorrência à execução do PAC 1 e 2, bem como outras ações consideradas relevantes pela Alta Direção.

Neste contexto, chega-se ao ano de 2016 em um cenário com grave crise político-econômica do país com reflexos diretos na Funasa que, imbuída da importância da sua missão institucional e com o foco no alcance da sua visão de futuro, impulsionou a discussão com vistas à elaboração do Plano Estratégico da instituição, partindo-se dos referenciais estratégicos definidos em 2012, para tal, iniciou o Ciclo de Realinhamento Estratégico, como estratégia para definir os objetivos estratégicos que nortearão suas ações e decisões nos próximos anos, bem como, metas e indicadores para o monitoramento do desempenho institucional.

Este Ciclo de Realinhamento Estratégico está sendo elaborado de forma participativa, partindo-se da análise dos fatores e ambientes internos, assim como, dos fatores e cenários externos.

A primeira atividade realizada em 2016 foi o diagnóstico institucional, o qual foi dividido em duas fases, a interna e a externa. A fase interna compreendeu a realização de uma pesquisa com os colaboradores da instituição por meio da aplicação de um questionário online e impresso. Na fase externa, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes externos críticos para o sucesso da missão da instituição com aplicação de um questionário diferenciado para este público.

Em resultado a esta atividade foi elaborado o Relatório do Diagnóstico Institucional com a apresentação dos resultados das pesquisas (externa e interna), o qual foi apresentado e disponibilizado para o público interno.

Concomitantemente, foram realizadas oficinas estratégicas (departamentos da Funasa Presidência e Superintendências Estaduais) para construção gradativa dos objetivos estratégicos. Estas oficinas contaram com a presença dos diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e técnicos, considerando se tratar de processo participativo, ou seja, os objetivos estratégicos devem ser pactuados com as principais lideranças da Funasa e seu corpo técnico.

Nas oficinas estratégicas foram apresentadas as diretrizes do trabalho, a metodologia a ser aplicada, e posteriormente foi realizada a análise crítica dos pontos levantados/respondidos anteriormente pelas equipes para a elaboração do ranking dos principais pontos, os quais subsidiarão a elaboração dos objetivos de acordo com sua importância (cumprimento da missão institucional), sua urgência (resolução/priorização) e sua tendência (piorar/melhorar com rapidez ou de forma lenta).

Como produto destas oficinas foi construída a Matriz Swot da Funasa disponibilizada e apresentada para o público interno, de forma a contribuir, juntamente com o Relatório do Diagnóstico Institucional, para a elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores para o Planejamento Estratégico da instituição.

Este terceiro momento será realizado em conjunto com todas as áreas e abordará a elaboração dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos em metas e indicadores. Esta etapa de consolidação dos objetivos será finalizada no mês de abril/2017.

Abaixo, seguem os resultados e avaliação dos dados coletados no diagnóstico institucional.

Na busca da elaboração dos objetivos estratégicos da Funasa, os resultados do Diagnóstico Institucional apontaram que as atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores da instituição contribuem no cumprimento de sua missão. Sobre a visão de futuro, a maioria dos servidores não soube opinar ou não acredita que a Funasa será até 2030 uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental. No tocante aos valores institucionais, constatou-se que os valores melhores avaliados foram a ética, a transparência, o compromisso socioambiental e, a eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário avançar nos valores equidade e valorização dos servidores.

Quanto ao processo decisório, é necessário possibilitar maior participação da força de trabalho nas decisões, que são baseadas em fatores técnicos e políticos, sendo que apenas 8% consideraram que essas decisões são baseadas somente em fatores técnicos, o que pode fragilizar o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão. A liderança foi considerada satisfatória e, a avaliação das decisões tomadas pelas chefias foram consideradas regulares.

A gestão administrativa foi avaliada como regular para seus aspectos, embora, o cenário apontado é de inadequada articulação entre as áreas, dificuldade de cumprimento de prazos definidos, indicação de atividades não alinhadas totalmente às normas e aos procedimentos, além das áreas não estarem devidamente estruturadas ao volume de trabalho, havendo há necessidade de alinhar os processos de trabalho aos resultados almejados pela Funasa.

Nesse contexto, a modernização administrativa, foi indicada como a principal melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa, sendo uma potencial contribuição para a superação das deficiências apontadas na gestão administrativa.

O fator humano é essencial para o sucesso da instituição em todos os seus aspectos, havendo um apontamento para a existência de disfunções relacionadas à gestão de pessoas as quais podem comprometer o desempenho das atividades. Tal apontamento foi endossado pela alta incidência de propostas de melhorias relacionadas à gestão de pessoas que devem ser conduzidas pela Funasa, sendo elencados os seguintes pontos críticos: i) Baixo incentivo à iniciativa e à criatividade; ii) Capacitações não atendem às necessidades das áreas; iii) Não oportunização de cargos de liderança

para os servidores; iv) Quantitativo de servidores considerado insuficiente; v) Insatisfação em relação à remuneração; vi) Condições do ambiente de trabalho que impactam na saúde do servidor/colaborador; e vii) desvio de função.

A valorização dos servidores e colaboradores pode impactar na melhoria dos resultados, é importante, portanto que Funasa capacite sua força de trabalho, elabore um Plano de Cargos e Salários e melhore a remuneração. Também como proposta de valorização dos servidores e colaboradores foi apontada a gestão por competência, que é capacidade de gerir, com conhecimento, habilidade e atitude, englobando aspectos de conhecimento técnico, prático, experiência, e ainda o comportamento humano, como forma de estimular o desenvolvimento profissional da força de trabalho. Esse modelo de gestão foi sugerido também como forma de melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa.

No tocante à gestão do conhecimento, há a preocupação quanto à perda do conhecimento em decorrência da saída de servidores, para a qual deverá ser implantada uma prática de retenção deste conhecimento.

O maior desafio apresentado para a Funasa foi alcançar maior efetividade das suas ações, além do próprio cumprimento da missão institucional, ou seja, a promoção da saúde e as ações de saneamento foram vistos também como desafios. No entanto, não será suficiente a Funasa modernizar-se, corrigir as disfunções internas apontadas, e superar os desafios sem comunicar de forma tempestiva os resultados das suas ações, tanto para o público interno quanto o externo. As ações de comunicação/informação deverão ser objeto de aprimoramento, no intuito de potencializar os resultados a serem alcançados.

A gestão técnica é outro desafio para a Funasa. Nesse ponto, a adoção de critérios técnicos é uma necessidade veemente, ou seja, os processos de trabalho e decisórios deverão estar tecnicamente convergentes com os referenciais estratégicos (missão, visão e valores). Assim, considerando que a Funasa almeja ser referência nas ações de saneamento e saúde ambiental, a gestão técnica tornar-se-á fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos. A necessidade de adoção de uma gestão participativa, na qual as decisões são compartilhadas com os demais membros para fins de contribuição no processo de tomada de decisão, foi apresentada.

Configura-se como outro desafio a redução da ingerência política na instituição, observa-se que a redução desta ingerência política foi considerada como necessária para a melhoria dos processos de decisão e gestão administrativa, na expectativa da sociedade em relação à Funasa, e inclusive como forma de valorização dos servidores.

A sociedade espera de uma instituição que tem a promoção da saúde e a inclusão social como missão, que ela atue com eficiência, sendo isto apontado de forma clara, ou seja, cumprir com sua missão, e também esperar que haja comunicação/informação efetiva para/com a sociedade. Na perspectiva interna, a sociedade espera ainda o compromisso e dedicação, alinhados a uma atuação ética e transparente.

O diagnóstico identificou distorções existentes na Funasa, mas também coletou propostas de melhoria já apresentadas (modernização, comunicação/informação, valorização dos servidores, eficiência e gestão de pessoas), e outras a serem implantadas como o acompanhamento e avaliação das ações executadas.

O enfrentamento dos desafios enseja o estreitamento do relacionamento da Funasa com parceiros, os quais contribuem para o desempenho da missão institucional. Na perspectiva destes, a maior contribuição da Funasa para a população é a promoção da saúde, seguida da universalização do saneamento dentro das competências institucionais. Os parceiros ressaltaram a importância da educação em saúde, o apoio técnico aos municípios e inclusão social como contribuições para melhoria da qualidade de vida. No entanto, é necessária a melhoria da comunicação com parceiro, assim como o nível de transparência das ações e, em consonância com os resultados da pesquisa interna, a Funasa também deverá melhorar a divulgação dos seus resultados.

Conhecer as oportunidades é fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos, pois permite a Funasa aproveitá-las em prol da melhoria dos seus resultados. A visão externa apresentou como oportunidade a própria ampliação das parcerias, o enfrentamento ao déficit de saneamento existente no país, e ainda o apoio técnico aos municípios, ressaltando a capilaridade da instituição, que permite uma atuação em todo o território brasileiro.

Por outro lado, as ameaças se apresentam como desafiadoras. A principal ameaça apontada pelos parceiros foi a falta de comunicação e informação das ações da Funasa, seguida da crise econômico-financeira do país. A fragilidade técnica e de gestão dos municípios, a morosidade na análise e acompanhamento, e a falta de planejamento integrado foram apontadas como ameaças que a Funasa deverá neutralizar para obter melhores resultados.

As principais ações sugeridas pelos parceiros para fortalecimento da relação entre as instituições foram apoio técnico, realização de encontros periódicos e desenvolvimento de capacitações. Os parceiros propuseram que a Funasa desburocratize seus processos de forma a imprimir maior celeridade nos seus resultados. A elaboração de estudos e pesquisas foi outra ação apontada como forma de fortalecimento da parceria. Assim como, a gestão participativa, também citada, poderá melhorar a articulação entre as instituições.

Em consonância com os referenciais estratégicos da Funasa, os parceiros identificaram a promoção da saúde como principal objetivo estratégico da instituição. Outros objetivos, tais como, universalização do saneamento, educação em saúde, apoio técnico, parcerias e ampliação da atuação, foram propostos de modo que a instituição continue contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As disfunções e outros aspectos que afetam a saúde e a eficiência da instituição foram apontadas, cabe diante da perspectiva do Planejamento Estratégico, tentar reverter estas disfunções na proporção da capacidade da instituição para mudar as suas práticas. Há necessidade de alinhamento das estratégias, da cultura, dos sistemas de trabalho aos referenciais estratégicos estabelecidos (missão, visão e valores). Nesse sentido, estes resultados da análise efetuada serão essenciais para fundamentar a construção dos objetivos estratégicos, sendo utilizado para além da identificação das deficiências organizacionais, tornando possível o impulsionar das mudanças necessárias.

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Como informado anteriormente, não houve a finalização do plano estratégico da Funasa. Assim, os projetos prioritários são definidos em consonância com os objetivos do Plano Plurianual (2016-2019). Entretanto a Funasa não é responsável por objetivo no PPA, sendo que as realizações da Funasa contribuem para alcance dos objetivos de responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades.

2.2. Desempenho Orçamentário

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações não se aplicam a esta unidade prestadora de contas.

2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O cenário econômico e fiscal do país vivenciado em 2016 não foi nada favorável. O orçamento da FUNASA passou por ajuste e contingenciamento.

2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos etc., portanto este item não se aplica a esta unidade prestadora de contas.

2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro 2.2.2.2.1 Prestação de contas sobre transferências concedidas.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde				
CNPJ: 26.989.350/0015-11		UG/GESTÃO: 255002/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02	03
		Montante Repassado	448.151,06	1.434.836,31
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02	02
		Montante Repassado	3.279.300,00	1.673.520,86
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	06	07
		Montante Repassado	3.136.799,99	4.579.312,63

Fonte: SECOV –SUEST/AL (SIAFI, SICONV e PLANILHAS DE CONTROLE)

2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 2.2.2.3.1 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Nacional de Saúde				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	00	02	
	Quantidade reprovada	01	01	
	Quantidade de TCE instauradas	00	00	
	Montante repassado (R\$)	248.931,06	1.147.775,80	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	01	
	Montante repassado (R\$)	199.220,00	787.060,51	
Fonte: SECOV –SUEST/AL (SIAFI,SICONV e PLANILHAS DE CONTROLE)				

2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores

Quadro 2.2.2.4.1 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
UG/GESTÃO: 255002/36211					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					03
Contratos de repasse					02

Fonte: SECOV –SUEST/AL

Análise Crítica

O Serviço de Convênios em se tratando de sanear as transferências onde as prestações de contas estão inadimplentes, adota sempre e com certo rigor as medidas administrativas cabíveis a cada caso, ou seja: expede notificações para apresentação de documentos, notifica para ressarcimento, manda mensagem ao SIAFI para Registro de Notificação, reitera Notificações, cumpre os prazos determinados pelas normas e leis, aciona a TCE e mesmo assim quando nada disto surte o efeito esperado, outras instâncias superiores são acionadas. Vale sempre ressaltar que procuramos zelar pela boa e regular aplicação dos recursos transferidos as convenientes para que os objetivos propostos sejam alcançados e a população que é o alvo a ser atingido colha os benefícios.

Comentar as razões pelas quais a quantidade e o volume de recursos transferidos oscilaram significativamente, passa sem sombra de dúvidas pela gestão central, onde os recursos disponibilizados pelo governo Federal, talvez não tenham sido suficientes para contemplar integralmente todos os Convênios e Termos de Compromissos, tal fato provavelmente adveio da crise que se instalou no País e cujo reflexo na instituição todos nós vimos. Parcelas pagas fracionadas, transferências de recursos demorados pela falta de informações nos sistemas dentre outros.

Aliado aos fatos descritos, estão as questões gerenciais a nível municipal, que na ótica deste serviço de convênios, passa pela deficiência em manusear com destreza os sistemas utilizados para o controle da gestão físico-financeira dos convênios e termos de compromissos firmados. Como consequência desta deficiência generalizada, advém a falta de cumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos; seja pela não inserção da documentação em tempo hábil nos sistemas, seja pelo desinteresse ou mesmo pelo não conhecimento desta obrigação pelos gestores. Tudo isto gera contratempo na liberação das parcelas, na apresentação de prestações de contas e os prazos estabelecidos não são observados. Poucos ou quase nenhum são cumpridos. Nada Mudou.

Pelo número de Convênios e Termos de Compromisso existentes na Suest/Al afirmamos que o número de servidores é suficiente para que possamos monitorar cada um deles sem perder de vista os prazos estabelecidos pelas Normas, Decretos e Portarias, e ainda auxiliando os municípios através de seus gerentes municipais de convênios, orientando-os como proceder frente as dúvidas suscitadas.

Acredito que todo esforço despendido pela equipe deste Serviço de Convênios ao longo dos anos se traduzirá no futuro em números melhores, embora observando hoje os resultados apresentados e comparando-os aos dos anos anteriores, vemos que não houve avanços significativos em relação as prestações de contas apresentadas. Mas sempre existirá o alento, pois de alguma forma o contato pessoal, por telefone e as medidas administrativas utilizadas, de certo mostrará que são eficientes, mesmo que a eficácia se traduza em apenas mais uma prestação de contas apresentada.

Cabe-nos informar que além das prestações de contas constantes no quadro 2.2.2.3.1, houve aprovação de prestação de contas com ressalvas, conforme segue:

Tabela 1 – Prestação de contas aprovadas com ressalva

DATA	MUNICÍPIO	CONVÊNIO	SIAFI	JUSTIFICATIVA
02/02/2016	Murici	0525/2005	553896	ausência de justificativa para a forma de pagamento "diversos autorizados"
07/05/16	Murici	1251/2004	527569	ausência de justificativa para a forma de pagamento "diversos autorizados" e saque contra recibo
12/12/2016	Lagoa da Canoa	0383/2002	476908	Notas fiscais apresentadas sem atesto e sem o número do convênio

2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas

2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 2.2.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação (em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.004.906,81.	73,00	1.792.678,59	72,00	1.951.512,55	73,00	1.728.112,03	71,00
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	2.004.906,81	73,00	1.792.678,59	72,00	1.951.512,55	73,00	1.728.112,03	71,00
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	318.729,02	12,00	233.793,19	9,00	318.729,02	12,00	216.668,64	9,00
h) Dispensa	140.315,49	5,00	158.904,60	6,00	140.315,49	5,00	144.684,05	6,00
i) Inexigibilidade	178.413,53	7,00	74.888,59	3,00	178.413,53	7,00	71.984,59	3,00
3. Regime de Execução Especial	1.654,17	0,06	1.082,38	0,04	1.654,17	0,06	1.082,38	0,04
j) Suprimento de Fundos	1.654,17	0,06	1.082,38	0,04	1.654,17	0,06	1.082,38	0,04
4. Pagamento de Pessoal (k+l)								
k) Pagamento em Folha								
5. Outros (l+m)	404.076,75	14,94	477.064,21	18,96	404.076,75	14,94	477.064,21	19,96
l) Diárias	294.645,66	10,94	361.570,97	13,96	294.645,66	10,94	361.570,97	14,96
m) Não se Aplica	109.441,09	4,00	115.493,24	5,00	109.441,09	4,00	115.493,24	5,00
6. Total da Despesas acima (1+2+3+4+5)	2.727.866,75	100	2.504.618,37	100	2.675.982,49	100	2.422.927,26	100
6. Total das Despesas da UPC	2.727.866,75	100	2.504.618,37	100	2.675.982,49	100	2.422.927,26	100

Fonte: SIAFI / SAOR/DIADM – SUEST/AL

2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 2.2.3.3 Despesas por grupo de elemento de despesa (em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária		SUEST/AL		Código UO		36211		UGO		255002	
DESPESAS CORRENTES											
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos		
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR									
	03	PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS									
	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO									
	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL									
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS									
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL									
	91	SENTENÇAS JUDICIAIS									
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO									
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA											
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO									
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	68.318,55	64.557,80	68.318,55	64.557,80			68.318,55	64.557,80	
	14	DIÁRIAS - CIVIL	294.645,66	361.305,47	294.645,66	361.305,47			294.645,66	361.305,47	
	30	MATERIAL DE CONSUMO	65.972,97	94.164,87	65.972,27	67.866,19		26.298,68	65.972,97	67.866,19	
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	94.176,08	5.712,57	94.176,08	5.712,57			94.176,08	5.712,57	
	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA									

	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	88,50	265,50	88,50	265,50			88,50	265,50
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.744.668,68	1.557.832,16	1.744.668,68	1.557.832,16			1.696.932,64	1.495.274,29
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	427.310,37	400.607,20	414.138,45	396.143,24		4.463,96	414.138,45	377.010,00
	41	CONTRIBUICOES								
	46	AUXILIO-ALIMENTACAO								
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.369,94	10.946,65	15.369,94	10.946,65			15.369,94	10.946,65
	49	AUXILIO-TRANSPORTE								
	59	PENSOES ESPECIAIS								
	91	SENTENCAS JUDICIAIS								
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	25.664,10	39.988,79	25.664,10	39.988,79			25.664,10	39.988,79
	95	INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO								
DESPESAS DE CAPITAL										
4 - INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ								
	41	CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO								
	42	AUXILIOS - FUNDO A FUNDO								
	51	OBRAS E INSTALACOES	5.658,22		5.658,22					
	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	80.617,52		675,60				675,60	
	70	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO								
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS										
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

Fonte: SIAFI / SAOR/DIADM – SUEST/AL

Análise Crítica

A execução orçamentária e financeira ocorreu dentro das normalidades durante o exercício financeiro de 2016.

As concessões, aplicações e as prestações de contas dos Suprimentos concedidos no âmbito desta Superintendência Estadual ocorreram dentro das normalidades legais, no Cartão de pagamento do Governo Federal, cuja finalidade foi a aquisição e diversos materiais para manutenção predial.

2.2.3.3. Restos a pagar

Quadro 2.3.3.1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores (em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano Emissão NE	Montante em 1º de Janeiro 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31 de Dezembro de 2016
2013	8.615,00	0,00	0,00	8.615,00
2015	81.691,11	81.691,11	0,00	0,00

Restos a Pagar Não Processados				
Ano Emissão NE	Montante em 1º de Janeiro 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31 de Dezembro de 2016
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	30.762,64	23.352,82	7.409,82	0,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL / SAOR/DIADM – SUEST/AL

2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro 2.3.1 – Indicadores de Desempenho – Saneamento

Percentual de obras/equipamentos/planos concluídos até o exercício de apuração em relação ao universo de instrumentos celebrados – SUEST-AL

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição							
1	Percentual de obras/equipamentos/planos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/planos (acumulado)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/planos concluídos até o exercício de apuração / Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras/equipamentos/planos concluídos	Extração de informações dos sistemas (SIAFI, SICONV, SIGA) via BI Oracle							
Ação	Exercício de apuração – 2013			Exercício de apuração – 2014			Exercício de apuração – 2015			Exercício de apuração – 2016		
	Quantidade Obra/equipamentos/planos Concluídos	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Percentual	Quantidade Obra/equipamentos/planos Concluídos	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Percentual	Quantidade Obra/equipamentos/planos Concluídos	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Percentual	Quantidade Obra/equipamentos/planos Concluídos	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Percentual
Água	50	62	81%	53	63	84%	54	64	84%	44	67	66%
Catadores	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%
Esgoto	14	33	42%	14	36	39%	15	38	39%	15	38	39%
MHCDC	64	122	52%	71	122	58%	76	121	63%	58	119	49%
MSD	40	109	37%	44	114	39%	46	116	40%	42	117	36%
PMSB	0	15	0%	0	15	0%	0	15	0%	6	14	43%
Resíduos	1	7	14%	1	7	14%	1	3	33%	1	2	50%
Acumulado	169	349	48%	183	358	51%	192	358	54%	166	358	46%

Fonte: Resultados apurados com data base de 30/12/2016, via BI - Business Intelligence Oracle

Regras da Apuração:

Histórico igual a 30.12.2015;

Ano de celebração de 2002 até 2016;

Ano de conclusão da Obra igual a 31.12.2016;

OBS: Excluídos os Status de obra "Cancelados" e "Em Cancelamento".

Análise Crítica

Após análise crítica dos dados de 2016, verificou-se que as informações estão corretas e que as incoerências apresentadas devem ter origem em alguma inconsistência no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da Funasa -SIGA. Foram feitas análises em vários dados através do BI e estavam corretos.

Convém ressaltar que a diminuição no número de instrumentos celebrados de algumas ações, uma vez que é cumulativo, pode ter ocorrido devido a ajustes que excluam instrumentos cancelados.

Quadro 2.3.2 – Indicadores de Desempenho – Saúde Ambiental

Indicador 1

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	- X 100	Sigob e Siconv	Anual	100%	100%	-

Fonte: DESAM e SESAM – SUEST/AL

Análise crítica

Em 2016 foi realizada a divulgação do Edital nº 02/2016/DESAM/FUNASA/MS em 100 municípios com a seguinte estratégia: reuniões para orientação, contatos, entendimentos, envio de ofícios, e-mail e outros, no entanto não houve aprovação de propostas.

Convém destacar que as propostas aprovadas em 2015 ainda não foram executadas devido a não liberação de recursos.

Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de Comunidades Especiais atendidas com ações de Educação em Saúde Ambiental.	Aferir o percentual de Comunidades Especiais atendidas.	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{1}{1} \times 100$	SESAM	Anual	-	100%	100 %

Fonte: SESAM – SUEST/AL

Análise crítica

Em 2016 as ações educativas em comunidades especiais foram concentradas no Assentamento Manivas que agrupa várias outras localidades como: Agua Branca, Passagem, Incra etc. Este localiza – se no município de Quebrangulo.

Dada a limitação orçamentária e de outras demandas surgidas para a educação em saúde ambiental, não mensuradas neste instrumento, não foi possível atuar em mais comunidades especiais.

Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de Municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de Municípios com técnicos capacitados em CQA	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{11}{20} \times 100$	Relatório Consolidado da COCAG/DESAM	Anual	100%	100%	55 %

Fonte: SESAM – SUEST/AL

Análise crítica

Existem diversas e excelentes oportunidades na instituição para capacitação de seus técnicos, pois há oportunidades para participação de eventos, como seminários treinamentos, encontros, congressos e outros. A dificuldade existente para ser atingida a meta proposta ou até mesmo algum percentual do que foi estabelecido é o pequeno quadro existente na superintendência, a exemplo da Funasa/ Alagoas que o único profissional existente, seja de nível médio ou superior, é um farmacêutico bioquímico, dificultando assim a elaboração de mais capacitações para os municípios.

Há também uma pequena adesão por parte dos municípios convidados para participarem das capacitações. Como exemplo, temos aqui em particular esta situação, pois foram oficialmente convidados 19 municípios de Alagoas e somente 7 participaram da mesma. Neste evento realizado no município de União dos Palmares/AL, houve uma parceria com a Suest/ PE, tendo como instrutor o farmacêutico bioquímico Osman Oliveira Lira, além da participação de técnicos de 4 municípios pernambucanos que foram também capacitados, por isso um total de 11 municípios.

Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{40}{50} \times 100$	Relatório Consolidado da COCAG/DESAM	Anual	100 %	100 %	80 %

Fonte: SESAM – SUEST/AL

Análise crítica

Idas ao campo com a Unidade Móvel para Controle de qualidade de Água- UMCQA, quando são desenvolvidas ações em comunidades especiais, em apoio aos municípios ou mesmo à Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado da Saúde, favorece o atendimento a uma meta estabelecida, neste caso em relação ao número de municípios. A crítica que se faz é em relação à meta ou referência da mesma, pois não há ou não se conhece uma consonância em relação a proporcionalidade da meta estabelecida nacionalmente. A escolha da meta, até o presente momento, é através da capacidade ou entendimento do técnico que realiza esta atividade em discussão. Existem constantes questionamentos para a definição destas metas em relação a referência e validação das mesmas.

Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{910}{806} \times 100$	Relatório Consolidado da COCAG/DESAM	Anual	100%	100%	113 %

Fonte: SESAM – SUEST/AL

Análise crítica

É realizado um grande número de análises de água nas comunidades rurais e/ou especiais dos diversos municípios. Os laudos gerados apontam em sua maioria como péssimo diagnóstico em relação a qualidade da água que é consumida, inclusive ingerida pela população local, a depender é claro da comunidade e do município. O que faz existir uma análise muito crítica desta questão por parte dos técnicos e dos usuários é a falta de soluções para as correções das não conformidades apontadas.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Funasa não dispõe de sistema estruturado de governança que compreenda instâncias externas de apoio à governança, dispondo apenas de instâncias internas de governança como a alta direção e de apoio à governança, como auditoria interna que será detalhada no item seguinte.

A alta direção conta ainda com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) no âmbito da FUNASA, criado pela Portaria nº 94, de 09 de fevereiro de 2012, composto, em sua instância deliberativa, pelos seguintes membros titulares:

- Diretor Executivo;
- Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Diretor do Departamento de Administração; e
- Diretor do Departamento de Saúde Ambiental.

À luz do disposto acima, as competências do CGTI são: estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologia convergentes às orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP, promovendo a sua implementação e zelando pelo seu cumprimento, o alinhar as ações de tecnologia da informação às estratégias globais da Funasa, homologar as políticas e diretrizes para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação, definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e definir e priorizar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Este item não se aplica a esta unidade prestadora de contas.

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Este item não se aplica a esta unidade prestadora de contas.

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Fundação Nacional de Saúde está exposta a uma ampla gama de riscos que podem afetar suas operações, o alcance de seus objetivos e metas, pois esta instituição não dispõe ainda de um processo de controle de gerenciamento de riscos. Porém no decorrer dos anos, ela vem envidando esforços para investir nesta área de modo à minimizar os riscos advindos das atividades por ela executadas.

Muito embora, pode-se admitir que estas práticas de minimizar os riscos não estão estruturadas, de forma integrada e sistematizada como controle formalmente estabelecido em normativa própria que abranja tanto o nível estratégico quanto o operacional dessa instituição.

Dentro dessa proposta podemos evidenciar alguns instrumentos que são utilizados para minimizar os riscos que esta instituição decorre pela execução de suas ações estabelecidas, são elas: leis, medidas provisórias, editais, instruções normativas, decretos, portarias, editais, manuais técnicos e sistemas de informação. Todos estes instrumentos relacionados são procedimentos para o controle interno que permitem o acompanhamento e a avaliação das atividades inerentes à esta instituição, evitando minimamente as improbidades previstas nos processos admitidos. Vale ressaltar que enquanto esta Funasa não investir no aprimoramento da gestão de riscos, ela estará sujeita a aceitar incorrer riscos em sua administração e direção.

Para que isso não ocorra mais de forma corriqueira, esta instituição precisará estruturar, sistematizar e implementar processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos.

4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro 4.1.1.1.1 Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		277		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		00		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		277		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		276		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		01		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários		04		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		01	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)		282		

Fonte: SAGEP/DIADM – SUEST/AL

4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro 4.1.1.2.1 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	249	28
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	249	28
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	249	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	1	3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	251	31

Fonte: SAGEP/DIADM – SUEST/AL

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 4.1.1.3.1 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		01	01	06
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		01	01	01
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas		08	04	02
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		08		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		09	05	09

Fonte: SAGEP/DIADM – SUEST/AL

Análise crítica

Estrutura alterada conforme Decreto nº 8.867/2016 e PT/PRESI/FUNASA nº 809/2016.

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro 4.1.2.1 Despesas do pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	4.936.950,31	34.177,68	6.304.346,14	2.003.193,67	-	1.108.387,25	6.268,36	146.913,81	1.219.980,02	15.760.217,24
	2015	3.536.012,11	17.998,69	3.911.250,89	819.877,03	-	232.862,46	-	8.125,95	920.258,51	9.446.385,64
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	86.597,54	-	1.895,18	18.930,49	-	-	-	-	-	107.423,21
	2015	35.929,74	-	2.566,41	1.710,94	-	-	-	-	-	40.207,09
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	8.911,40	-	371,30	3.402,22	-	-	-	-	-	12.684,92
	2015	32.437,33	-	5.082,43	4.952,19	-	-	-	-	-	42.471,95
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	7.940.921,84	-	8.595.003,84	3.007.370,16	-	511.829,53	-	221.197,42	2.216.264,16	22.492.586,95
	2016	139.530,82	-	174.294,63	43.487,69	-	22.968,20	-	-	45.102,49	425.383,83
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	376.039,66	-	42.395,00	38.200,63	-	-	-	-	-	456.635,29
	2015	357.949,99	-	-	47.970,54	31.000,24	-	264,00	-	-	437.184,77

Fonte: SOAPE/SAGEP/DIADM – SUEST/AL

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O maior risco apontado refere-se a possível evasão de servidores decorrente de aposentadoria, tendo em vista o considerável número de servidores com abono permanência e, portanto, prontos para aposentação.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 4.1.4.1.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE –SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM ALAGOAS						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviço de Copeiragem	10.878.081/0001-80	03.11.2015	02.11.2017	Ensino Fundamental Incompleto	P
2011	Prestação de Serviços Manutenção Predial	01.182.827/0001-26	01.01.2011	31.12.2016	Encarregado - Ensino Médio Completo Demais Profissionais (Pedreiro, Encanador e Eletricista) - Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	Prestação de Serviços de Contínuo	06.982.630/0001-95	24.10.2012	23.10.2017	Ensino Médio Incompleto	P
2015	Prestação de Serviços de Vigilância Predial	11.179.264/0007-66	12.11.2015	11.11.2017	Ensino Fundamental Completo.	P
2011	Prestação de Serviços de Limpeza	01.182.827/0001-26	27.07.2011	26.07.2016	Encarregado - Ensino Médio Completo Servente - Ensino Fundamental Incompleto e	E
2016	Prestação de Serviços de Limpeza e Jardinagem	15.765.556/0001-60	27.07.2016	26.07.2017	Encarregado e Jardineiro - Fundamental Completo Servente - Ensino Fundamental Incompleto	A

Fonte: SALOG/DIADM – SUEST/AL

LEGENDA

Sit.: Situação do contrato: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro A.4.1.4.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	7		
1.1 Área Fim	1	1	1		
1.2 Área Meio	7	7	6		
2. Nível Médio	9	8	7		
2.1 Área Fim	1	1	1		
2.2 Área Meio	8	7	6		
3. Total	17	16	14		68.443,77

Fonte: SODEP/SAGEP/DIADM – SUEST/AL

Análise Crítica

A contratação de estagiários se dá por meio do Agente de Integração CIEE. Esse agente tem a responsabilidade de selecionar os candidatos e encaminhá-los à Funasa para que os mesmos sejam entrevistados, de modo que a CGERH/CODER não recebe currículos, uma vez que o CIEE realiza contratação dos estudantes cadastrados e enviados por ele. Por determinação da Orientação Normativa nº 4/2014 da SEGEP/MP, o quantitativo de estagiários da Funasa sofreu alteração visando se adaptar a força de trabalho da Fundação e ao orçamento disponível. Os valores de despesa são referentes à bolsa estágio auxílio transporte.

Com relação ao 4º trimestre do ano de 2016 informamos que não houve contratação de estagiários devido ao encerramento do Contrato nº 32/2011 em 28/09/2016.

4.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Este item não se aplica a esta unidade prestadora de contas.

4.1.6 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

1. ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

Mede o índice de ausências ao trabalho por faltas justificada ou injustificada e afastamento e/ou licenças legais, que diminuem o total de horas de trabalho.

Objetivo: deste indicador é identificar os problemas que causam faltas constantes dos servidores da Funasa e rever a atuação das chefias e respectivas equipes, para assim manter o índice de absenteísmo abaixo de 0,50% e maximizar resultados institucionais e individuais pela assiduidade

e pontualidade, além do adequado controle da frequência e dos eventuais descontos na remuneração por faltas justificadas e não compensadas e daqueles que não compensaram atraso e saídas antecipadas.

Meta: Reduzir para 0,50% o índice de absenteísmo na Funasa.

Periodicidade: Anual

Esclarecimentos e Fórmula:

A fórmula do índice de absenteísmo adotada na Funasa foi elaborada a partir do número de dias não trabalhados no exercício pelo número de servidores versus dias úteis no mesmo exercício, nos seguintes termos:

Conversão de dias em horas:

H= jornada de trabalho diária (considerada de regra 8 horas).

NDU= número de dias

DU= $H * NDU = 8 * 254 = 2.032$ horas.

QHNT = Quantidade de horas não trabalhadas = (faltas não justificadas + licenças¹ + afastamentos + atrasos e saídas antecipadas não compensadas).

QS = Quantidade de Servidores

DU = Dias Úteis, já convertidos em horas.

Segue abaixo o cálculo do indicador para o exercício de 2016:

$$\frac{QHNT}{QS \times DU} = \frac{68.975.504}{283 \times 2.032} = 119,94$$

Dados a serem utilizados:

Não se utilizou a fórmula clássica para calcular o índice de absenteísmo haja vista a possibilidade de que trata o art. 44 da Lei nº 8.112/90, pelo qual o servidor que se atrasar ou sair antecipadamente ou tiver falta justificada poderá, a critério da chefia, compensá-las até o final do mês subsequente à ocorrência, e, acaso não o faça terá o desconto proporcional na remuneração.

Apesar disso, há horas perdidas em prejuízo da Administração quando se trata de falta injustificada e a justificada não compensada.

Informação importante leva em conta os afastamentos por cessões que demonstram enorme prejuízo em horas não trabalhadas no âmbito da Funasa, que impactam negativamente, inclusive como entrave ao alcance da autorização para realizar concurso público para provimento de cargo efetivo, tendo em vista a soma desse contingente de pessoal no Quadro de Pessoal da Fundação, muito embora não seja de fato força de trabalho para a Instituição.

¹ Todas as licenças legais.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem, obtidas do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência e do SIAPECAD, deve ser feito pelas Unidades de Administração de Pessoas, mensalmente, para fins de tomada de decisão e para compor as informações do Relatório de Gestão dos exercícios encerrados.

2. ÍNDICE DE ADOECIMENTO

Indicador que demonstra o índice de ausências ao trabalho por motivo de licença para tratamento da própria saúde.

Objetivo: identificar o quantitativo de afastamentos e os tipos de causas de adoecimento de maior incidência dos servidores do Quadro de Pessoal.

A importância dos dados poderá nortear a adoção de medidas preventivas de doenças ocupacionais.

Meta: Reduzir para menos que 10% o índice de adoecimento na Funasa.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos – causas e consequências do adoecimento

A Coordenação-Geral de Recursos reformulou este indicador, visto que a construção anterior apresentava muita similaridade com o de absenteísmo. Como o que se deseja é identificar o perfil de adoecimento dos servidores, cujos afastamentos impactam a força de trabalho, mostrou-se adequada a reelaboração do indicador.

A base de dados utilizada pela Funasa foi a do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE, levando em conta o número de afastamentos para tratar da própria saúde, ainda que um mesmo servidor apresente mais de um afastamento no período de um ano (janeiro a dezembro).

Não foram considerados os números de dias de afastamentos, e sim quantitativos de atestados apresentados, independentemente do tipo de homologação (perícia ou administrativa).

A grande dificuldade para encontrar informações adequadas à apuração reside no fato de o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS não identificar a quantidade de afastamentos por servidor. Assim, um mesmo servidor pode afastar-se mais de uma vez e, como tal, de serem computadas novas ausências no decorrer do exercício.

Para a delimitação do público alvo foram considerados os servidores da SUEST/AL incluindo os cedidos ao SUS, visto que permanecem com lotação na SUEST/AL.

Sugere-se, portanto, que os servidores cedidos ao SUS sejam computados para a apuração deste indicador, enquanto esse contingente pertencer ao Quadro de Pessoal da Funasa.

Segue abaixo o cálculo do indicador para o exercício de 2016:

Fórmula 1: média de afastamentos para tratar da própria saúde

$$\frac{\text{Nº de afastamentos para tratar da própria saúde}}{\text{Nº de servidores ativos}} = \frac{7}{273} = 0,02 \text{ afastamentos por servidor em 12 meses}$$

Fórmula 2: índice de adoecimento dos servidores em um ano

$$\frac{\text{Nº de servidor ativos} \times \text{Nº de afastamento por servidor em 12 meses}}{100} = \frac{273 \times 0,02}{100} = 0,05 \%$$

Logo, o índice de adoecimento dos servidores da SUEST/AL no exercício de 2016 foi de 0,05%.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem obtidas do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE devem ser feito pelas Unidades de Gestão de Pessoas nas Superintendências Estaduais, entre janeiro e dezembro de cada exercício.

3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS

Mede o índice de desenvolvimento gerencial na Instituição.

Objetivo: promover o aprimoramento da qualificação gerencial para o exercício de atividades de direção e assessoramento, por unidade pagadora.

Meta: aumentar para 60% o índice de desenvolvimento gerencial, por Unidade Pagadora, no exercício.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos e Fórmula:

NGC = Número de Gestores Capacitados

NEGUP = Número estimado de Gestores da Unidade Pagadora

Segue abaixo o cálculo do indicador para o exercício de 2016:

$$\frac{\text{Número de Gestores capacitados}}{\text{Número estimado de Gestores a serem capacitados}} \times 100 = \frac{11 \times 100}{20} = 55\%$$

O número estimado de Gestores a serem capacitados é obtido a partir do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de chefias (Superintendente; Chefe de Divisão, Serviço, Seção e Setor), vagos e/ou ocupados, da SUEST/AL.

Assim, considerando a participação de 11 (onze) gestores em ações de capacitação, constata-se que 55% do total foi capacitado.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem obtidas dos dados sobre desenvolvimento gerencial, deve ser feito pelas Unidades de Desenvolvimento de Pessoas das Superintendências, com envio das informações pertinentes à Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas até o quinto dia útil do mês subsequente, para consolidação.

4. ÍNDICE DE ESTÁGIO

Mede o índice de preenchimento das vagas de estágio.

Objetivo: identificar a efetividade do Programa de Estágio da Funasa, tendo em vista seu valor educativo e a preparação do educando para o trabalho produtivo.

Meta: atender 100% da demanda das Unidades.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos e Fórmula:

NE = Número de estagiários

NV = Número de vagas

Exercício de 2016

$$\frac{NE}{NV} \times 100 = \frac{14}{24} \times 100 = 58,33\%$$

A partir das informações produzidas pretende-se atuar de modo a aperfeiçoar as ações do programa de estágio em âmbito da SUEST/AL.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
 - Instrução normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986 (destinada a proporcionar os órgãos integrantes do sistema de serviços gerais - sig orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais)
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unida Prestadora de Contas;
- 1 - A utilização da frota de veículos é imprescindível para atender às demandas de movimentações da Funasa, pelos motivos abaixo:
 - a tramitação de documentos entre a Funasa e demais órgãos, os quais exigem a entrega imediata ao destinatário;
 - o deslocamentos da diretoria e demais funcionários da Funasa, principalmente entre Ministérios no Distrito Federal e demais órgãos governamentais.
 - 2 - A movimentação de veículos na Funasa (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.), é monitorada com o auxílio do sistema de gerenciamento de controle de frotas, SICOTWEB.
 - 3 - A Funasa utiliza ainda o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista (contrato nº 110/2012), firmando com a empresa Ticket Serviços Ltda.).
 - 4 - Destaca-se que a importância e o impacto da frota de veículos estão relacionados com o atendimento ágil e eficiente das demandas dos usuários da Funasa, bem como ao bom andamento das atividades administrativas.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro 4.2.1.1 Quantidade de Veículos por Grupo

Qde.	Grupo	Utilização	Características	Usuário
10	IV/B1	Transporte de pessoal a serviço e cargas leve	Veículo pick-up para 05 passageiros tração 4X4 com ar e direção hidráulica	Servidores da SUEST/AL em serviço externo
01	IV/B2	Unidade móvel de apoio ao controle de qualidade da água	Caminhão furgão, Obs: Laboratório móvel	Servidores do Serviço de Saúde Ambiental da SUEST/AL em serviço externo

Fonte: SOTRA/SALOG/DIADM – SUEST/AL

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 4.2.1.2 Média de Quilometro Rodado por Grupo

Grupo	Média anual km rodado
IV/B1	115.759
IV/B2	1.246

Fonte: SOTRA/SALOG/DIADM – SUEST/AL

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 4.2.1.3 Idade Média da Frota por Grupo

Grupo	Idade média
IV/B1	06 ANOS
IV/B2	05 ANOS

Fonte: SOTRA/SALOG/DIADM – SUEST/AL

f) Despesas associadas à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Combustíveis, material e serviços, valor total no ano de 2016 R\$ 82.475,18.
- Seguro Obrigatório no valor total de R\$ 1.217,89
- Quanto aos custos associados ao pessoal responsável pela administração da frota, no caso, servidor e empregado terceirizado não se faz esse acompanhamento.
- Não há motoristas terceirizados na SUEST/AL,

g) Plano de substituição da frota;

- Frota relativamente nova.

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
 - Menor custo em contrapartida com modelos que melhor se adaptam ao tráfego.
- i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
- Manutenção de veículos com contratos de prestação de serviços e peças devidamente fiscalizados e acompanhados à medida que o veículo necessita dos serviços desde sua entrada até a saída da oficina.
 - controle diário de tráfego efetuado diariamente pelos motoristas desde a saída do veículo da garagem até o retorno.
 - Sistema de controle de combustível mantido pela presidência da Funasa.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Não há veículos inservíveis na UPC. No entanto à medida que a frota for considerada inservível e ou antieconômica de acordo com o decreto nº 99.658, de outubro de 1990, será procedida sua alienação através de leilão e substituída por outra viatura.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Quadro 4.2.3.2.1 Distribuição geográfica dos Imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF 1 – ESTADO DE ALAGOAS	48	52
	Municípios:		
	TEOTÔNIO VILELA	01	01
	ATALAIA *	00	01
	CAMPO ALEGRE	01	01
	CAMPO GRANDE	01	01
	CORURIBE	03	03
	DELMIRO GOUVEIA	03	03
	FEIRA GRANDE	01	01
	FELIZ DESERTO	01	01
	GIRAU DO PONCIANO	02	02
	IGREJA NOVA	03	03
	MACEIÓ	01	01
	MARAVILHA	01	01

	MONTEIROPÓLIS	01	01
	MURICÍ *	00	01
	OLHO D`ÁGUA DAS FLORES	01	01
	OLHO D`ÁGUA GRANDE	01	01
	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	01	01
	PÃO DE AÇÚCAR	03	03
	PASSO DE CAMARAGIBE *	00	01
	PENEDO	04	04
	PIAÇABUÇÚ	03	03
	PIRANHAS	02	02
	PORTO REAL DO COLÉGIO	02	02
	SÃO BRÁS	02	02
	SÃO JOSÉ DA TAPERA	02	02
	SÃO SEBASTIÃO	02	02
	TRAIPIÚ	03	03
	UNIÃO DOS PALMARES	01	01
	VIÇOSA *	01	02
	JEQUIÁ DA PRAIA	01	01
	Subtotal Brasil	48	52
EXTERIOR	PAÍS 1 – 00	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil)	48	52

Fonte: SOPAM/SALOG/DIADM – SUEST/AL

Análise Crítica:

- O quantitativo de imóveis desta Superintendência no total de 48, 36 imóveis se encontra regularizados e 12 se encontra irregulares;
- Em relação aos 12 imóveis irregulares, foram solicitados o título de posse através do Processo de Usucapião e se encontram em tramitação na justiça.

* Os 04 (quatro) Imóveis relacionados abaixo pertencem ao Patrimônio da União e a Funasa tinha apenas a guarda dos mesmos, desde a época da ex-sucam, no entanto foram devolvidos no ano de 2016 a Gerência do Patrimônio da União – GRPU-AL e procedida a reversão dos RIPS no SPIU NET para o referido órgão.

- RIP: 2707.00007.500-3 – Imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúdedo município de Atalaia/AL;
- RIP:2809.00003.500-4 – Imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde do município de Muricí/AL;
- RIP:2829.00009.500-1 – Imóvel onde funcionava a Secretaria Municipal de Saúde do município de Passo do Camaragibe/AL, e estava funcionando uma agência do Banco do Brasil;
- RIP:2887.00012.500-5 – Imóvel onde funciona o Laboratório de Esquistossomose no município de Viçosa/AL.

4.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 4.2.3.3.1 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
255002/AL	0971.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	80.067,82	07/06/2016	171.354,15	0,00	0,00
255002/AL	2727.00005.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	76.952,92	07/07/2016	295.689,35	0,00	0,00
255002/AL	2729.00002.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	122.616,44	08/07/2016	202.391,51	0,00	0,00
255002/AL	2745.00008.500-1	Uso em serv. Pub.	Bom	49.413,05	01/08/2016	122.836,05	0,00	0,00
255002/AL	2745.00009.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	49.728,86	02/08/2016	146.116,62	0,00	0,00
255002/AL	2745.00011.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	52.426,42	08/07/2016	243.146,03	0,00	0,00
255002/AL	2745.00012.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	52.728,86	02/08/2016	255.843,83	0,00	0,00
255002/AL	2747.00011.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	209.248,47	02/08/2016	318.086,72	0,00	0,00
255002/AL	2747.00012.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	69.014,59	03/08/2016	124.757,17	0,00	0,00
255002/AL	2747.00013.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	74.514,49	08/07/2016	165.638,52	0,00	0,00
255002/AL	2751.00002.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	75.807,94	08/07/2016	238.582,12	0,00	0,00
255002/AL	2753.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	62.723,47	01/08/2016	227.757,30	0,00	0,00
255002/AL	2757.00004.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	165.623,64	01/08/2016	176.518,75	0,00	0,00
255002/AL	2757.00005.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	78.608,67	01/08/2016	130.329,52	0,00	0,00
255002/AL	2763.00004.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	36.274,76	02/08/2016	183.046,83	0,00	0,00
255002/AL	2763.00005.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	37.758,95	02/08/2016	139.166,32	0,00	0,00
255002/AL	2763.00006.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	102.884,97	02/08/2016	144.694,39	0,00	0,00

255002/AL	2785.00317.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	3.636.332,20	02/08/2016	4.009.012,01	0,00	0,00
255002/AL	2791.00002.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	71.077,58	02/08/2016	106.925,87	0,00	0,00
255002/AL	2807.00002.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	105.246,76	02/08/2016	129.769,79	0,00	0,00
255002/AL	2813.00002.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	253.752,39	03/08/2016	325.764,91	0,00	0,00
255002/AL	2817.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	77.610,09	03/08/2016	101.281,34	0,00	0,00
255002/AL	2825.00019.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	107.158,37	03/08/2016	266.490,30	0,00	0,00
255002/AL	2827.00006.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	61.285,12	03/08/2016	204.884,24	0,00	0,00
255002/AL	2827.00007.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	50.038,27	06/07/2016	83.395,89	0,00	0,00
255002/AL	2827.00008.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	662.991,58	03/08/2016	2.203.566,05	0,00	0,00
255002/AL	2833.00026.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	44.306,19	05/08/2016	263.365,21	0,00	0,00
255002/AL	2833.00030.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	39.534,95	05/08/2016	117.422,44	0,00	0,00
255002/AL	2833.00031.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	40.090,05	08/08/2016	77.167,54	0,00	0,00
255002/AL	2833.00032.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	262.111,34	08/08/2016	345.436,53	0,00	0,00
255002/AL	2835.00010.500-1	Uso em serv. Pub.	Bom	107.220,51	08/08/2016	178.866,19	0,00	0,00
255002/AL	2835.00012.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	63.918,44	09/08/2016	158.896,87	0,00	0,00
255002/AL	2835.00013.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	55.316,47	09/08/2016	105.725,87	0,00	0,00
255002/AL	2841.00003.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	79.187,21	10/08/2016	152.409,82	0,00	0,00
255002/AL	2841.00004.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	63.060,70	10/08/2016	69.861,68	0,00	0,00
255002/AL	2849.00011.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	102.942,36	11/08/2016	304.765,86	0,00	0,00
255002/AL	2849.00012.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	35.205,76	11/08/2016	58.563,87	0,00	0,00
255002/AL	2863.00007.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	64.272,91	11/08/2016	74.396,56	0,00	0,00
255002/AL	2863.00008.500-6	Uso em serv. Pub.	Bom	76.165,53	11/08/2016	96.295,93	0,00	0,00

255002/AL	2867.00006.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	76.610,09	12/08/2016	104.249,60	0,00	0,00
255002/AL	2867.00007.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	196.961,99	12/08/2016	456.819,96	0,00	0,00
255002/AL	2875.00004.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	134.921,76	12/08/2016	268.620,19	0,00	0,00
255002/AL	2875.00005.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	73.687,23	12/08/2016	513.212,65	0,00	0,00
255002/AL	2883.00005.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	142.876,55	12/08/2016	210.012,65	0,00	0,00
255002/AL	2883.00006.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	72.757,26	12/08/2016	111.702,94	0,00	0,00
255002/AL	2883.00007.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	71.197,52	12/08/2016	103.590,57	0,00	0,00
255002/AL	2885.00033.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	196.697,11	27/05/2016	570.609,95	0,00	0,00
255002/AL	2887.00011.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	338.570,29	12/08/2016	377.892,74	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

Fonte: SOPAM/SALOG/DIADM – SUEST/AL

Análise Crítica:

- As reavaliações dos imóveis foram procedidas pela Empresa Link Data Informática e Serviços S/A, no ano de 2015, contratada através do Processo nº 25100.017.044/2013-02, no entanto, a equipe do Setor Patrimônio/SUEST/AL só lançou as reavaliações no SpiuNet em 2016 devido algumas ocorrências detectada por este Setor, conforme relatado no Relatório de Gestão do ano de 2015, onde foi constatado que alguns imóveis reavaliados se encontravam com os valores inferiores ao que estavam lançados no SpiuNet e Siafi, sendo encaminhado relatório ao Serviço de Patrimônio/FUNASA/PRESI informando do ocorrido, e ficamos no aguardo das orientações necessárias para as devidas providências.

4.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

Os registros de informações no SpiuNet estão sempre sendo atualizados de acordo com as alterações de dados necessários, bem como a inclusão ou exclusão de imóveis, quando há ocorrência.

No tocante as reavaliações, foram procedidas no segundo semestre de 2016.

4.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

O prédio sede da Suest/AL, e o imóvel situado na Rua República dos Palmares, nº 99 onde funciona o Centro de Treinamento de Capacitação e o depósito de materiais permanente inservíveis, localizado no município de União dos Palmares/AL, a manutenção é procedida por empresa terceirizada, e a qualidade dos registros contábeis desta manutenção é incumbido a Seção Execução Orçamentária/Financeira, e no caso dos imóveis cedidos, é de responsabilidade dos CESSIONÁRIOS, conforme fez constar em clausula, no Termo de Cessão de Uso.

O prédio sede da Suest/AL, a manutenção é procedida por empresa terceirizada, conforme contrato nº 09/2011, cujo valor no exercício de 2016 importou em R\$ 183.094,56 (cento e oitenta e três mil, noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

No caso dos imóveis cedidos, é de responsabilidade dos CESSIONÁRIOS, conforme consta no Termo de Cessão de Uso.

4.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Sempre há supervisão periodicamente, nos imóveis cedidos para obter o controle da clausula do objeto da cessão e outros, por parte do CESSIONÁRIO.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Não houve movimentação nesta Unidade Prestadora de Contas em 2016.

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Não houve movimentação nesta Unidade Prestadora de Contas em 2016.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Não se aplica a esta Unidade Prestadora de Contas.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: facebook, instagram, twitter e youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2016 o SIC-Funasa recebeu 270 (duzentos e setenta) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Carta de Serviços

O decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A difusora mais eficiente para captar a satisfação do público é a mídia social, facebook que atualmente conta com 26 mil seguidores, com uma média de 61 novos a cada semana. A página da Funasa possui alcance orgânico semanal de 3.090 visualizações dos usuários na página.

A equipe de comunicação está elaborando outros mecanismos para medir a satisfação dos usuários em relação as ações das mídias sociais e site oficial, que também deverá passar por reestruturação a fim de melhorar os padrões de acessibilidade digital preconizados pelo eGov e instituir a identidade padrão de Comunicação Digital, em conformidade com a Instrução Normativa Secom/PR 08/2014.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.official
twitter.com/funasa
<https://www.youtube.com/user/Funasaoficial>
https://www.instagram.com/funasa_oficial/

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Funasa cumpre as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 em relação ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, na adequação de corrimão nas escadas, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

No que corresponde a adequação de rampas de acesso, a instituição está envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade, considerando a configuração do prédio ocupado, não é permitido acesso direto na saída dos elevadores aos respectivos andares.

Em relação aos meios eletrônicos de comunicação, atualmente o site da Funasa possui, no menu superior, links para acesso ao contraste e para aumentar e diminuir fontes, a fim de que os usuários o utilizem com maior praticidade e facilidade, e que esteja de acordo com sua necessidade. Porém, com a reestruturação prevista para 2017, o site apresentará navegadores, tocadores de mídias e ferramentas que devem possuir meios de comunicação com tecnologia criadas especialmente para pessoas com deficiência, permitindo o acesso com eficiência e eficácia.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nessa seção, foram inseridos aspectos relacionados ao desempenho financeiro da Funasa, às informações contábeis e à sistemática de apuração de custos.

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Trata-se da aplicação dos critérios e procedimentos de avaliação e de mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio e suas variações pertencente à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 154) define mensuração como o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das Demonstrações Contábeis devem ser reconhecidos e apresentados, objetivando selecionar bases de mensuração que reflitam de modo adequado condição real do patrimônio público sob controle da Entidade.

Segundo propugna a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Disponibilidades

Majoritariamente, os elementos classificados no Disponível são aqueles provenientes da descentralização de recursos financeiros pela Setorial Financeira do Órgão Superior a que estamos vinculados, na forma prevista no Decreto nº 93.872/86.

Os recursos financeiros oriundos da geração interna de receitas são reconhecidos pelos valores das entradas líquidas de caixa, em sua maioria, resultantes da alienação de bens móveis inservíveis ou em desuso, bem como das restituições/estornos de despesas realizadas e pagas em exercícios anteriores e/ou no vigente, se for o caso.

Após o reconhecimento inicial, não foram realizadas avaliações posteriores pela FUNASA, no período das demonstrações contábeis.

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações foram mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de

contabilidade. Contudo, não foram realizadas atualizações posteriores, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento de tais elementos.

Os direitos, títulos de crédito e obrigações prefixadas devem ser avaliadas a valor presente, os pós-fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até da data das Demonstrações Contábeis.

Ressalte-se que devido a incongruências identificadas nas rotinas contábeis estabelecidas pelo Órgão Central de Contabilidade, há uma superavaliação do Ativo Circulante, relacionada aos Crédito a Receber apurados em processos administrativos e de tomadas de contas especiais, resultantes de transferências de recursos financeiros mediante convênio ou instrumento congênere; ou de outras origens.

Por ocasião do repasse dos recursos às entidades convenientes, são reconhecidos como ativos os "Adiantamentos de Transferências Voluntárias". Em caso de não apresentação/aprovação da prestação de contas, tais valores deveriam ser baixados quando da apuração do dano e respectiva implicação do responsável pela gestão dos recursos disponibilizados. Fato este que enseja o reconhecimento de novo ativo a título de "Créditos a Receber Por Danos ao Patrimônio". Tratar-se, portanto, de fatos permutativos e o reconhecimento destes deve ser em contrapartida à baixa daqueles.

Estoques

Os estoques foram reconhecidos com base no custo total de aquisição (custo histórico), cujo consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência. Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido para os itens que eventualmente sofreram perda de valor de realização no curso normal das atividades, tampouco, quanto a prováveis perdas de estoques, caso existam bens danificados.

Imobilizado

Bens Móveis

Os ativos imobilizados foram reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso.

Em 19 de setembro de 2016, data definida para a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, com a realização da reavaliação dos bens móveis da Instituição, mediante a contratação de serviço especializado.

O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, em que se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, com base no custo de reposição.

O valor de mercado consiste no valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda, tais como impostos, taxas, comissões, etc. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo, de forma a possibilitar a comparação direta ou ter suporte de mercado para tal assertiva.

Nesse contexto, os bens foram valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após as devidas inspeções.

As condições físicas de cada bem foram inspecionadas in loco, individualmente, e registradas suas características físicas e operacionais, aspectos relevantes à formação do valor e considerados todos os elementos necessários à sua operação, verificando-se os seguintes itens:

- a) Existência física do bem patrimonial, dentro da descrição e características técnicas especificadas;
- b) Estado de conservação/condições de manutenção; e
- c) Condições operacionais.

Devido à reavaliação, os ativos foram reduzidos ao valor líquido contábil (valor bruto deduzida a depreciação acumulada). Posteriormente, o valor resultante da mensuração foi comparado ao valor líquido apurado, e majorado ou reduzido até se chegar ao novo valor bruto dos ativos.

Os ajustes positivos e negativos resultantes da reavaliação foram reconhecidos na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, não impactando o exercício vigente à época, por serem atribuíveis a exercícios anteriores, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 161).

Depreciação de Bens Móveis

A depreciação consiste no decréscimo patrimonial de bens tangíveis em função do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência tecnológica. O cálculo do encargo da depreciação leva em consideração os fatores: custo total do ativo, período de vida útil econômica, valor depreciável e valor residual.

A vida útil total dos bens reavaliados, período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo, foi estimada em função de fatores técnicos, físicos, econômicos e de obsolescência, conforme indicado nas seguintes publicações:

Tabela IV da "vida útil para cálculo de depreciação técnica e obsolescência", publicada no livro Engenharia de Avaliações da Editora Pini. Essa tabela foi extraída do livro Perry Chemical Handbook, 3ª Edição, página 1822.

Tabela V "classificação genérica dos bens e depreciação (vida útil), publicada no livro Engenharia de Avaliações, que foi obtida a partir do livro Assent Guideline Classes, and Periods, Assent Depreciation Range - T.I.R., página 1088.

Tabela de vida útil de máquinas e equipamentos apresentada pelo Engenheiro Vitor Carlos Fillinger no IX Congresso Panamericano de Avaliações realizado em São Paulo, em agosto 1979.

A vida útil remanescente dos itens avaliados, ou seja, os anos dos quais se espera geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade, foi obtida subtraindo-se o total de anos de vida útil pelos anos de uso de cada item, considerando as suas condições físicas, técnicas e operacionais, de forma a assegurar que apresentam boas condições de manutenção, estado operacional e de conservação.

O valor residual dos bens reavaliados, montante líquido da alienação que a entidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, permaneceu inalterado e segue as orientações técnicas emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União, estabelecidas no Manual SIAFI.

Os bens que, considerando a sua data de aquisição e suas condições, prescindiram de mensuração, tiveram suas vidas úteis e seus valores residuais definidos com base no que predispõe a Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão (Pág. 7-15), do Manual SIAFI.

Observando a uniformidade de procedimentos, utilizou-se o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, de forma a propiciar consistência e comparabilidade à informação contábil (vide Macrofunção 020330, pág. 16).

O consumo dos ativos imobilizados é reconhecido em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (rédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Bens Imóveis

Os bens imóveis foram reavaliados segundo o método comparativo direto de mercado, que consiste em identificar o valor de mercado mediante tratamento técnico dos atributos comparáveis dos elementos patrimoniais. Ou ainda, dadas as suas características peculiares, avaliados conforme o método involutivo, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem em avaliação, bem como as condições de mercado no qual está inserido, considerando cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Para efeito de avaliação foram considerados:

- a) a área ocupada pela FUNASA, terrenos e edificações, conforme vistoria;
- b) as informações das áreas do terreno e construída, obtidas por meio de consulta ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET e certidões de matrícula em cartório de registro de imóveis;
- c) os desenhos (mapa, planta, croqui, fotos, etc);
- d) as memórias de cálculo, dados amostrais e tabelas; e
- e) as características e condições físicas dos bens;

Para efeito dos cálculos de avaliação não foi utilizado o fator comercial em função dos imóveis serem públicos e institucionais. O objetivo deste trabalho é a avaliação para fins de levantamento patrimonial.

Intangível

Intangíveis são ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

O Processo de avaliação desses ativos está em andamento, na fase de levantamento e avaliação dos elementos que se enquadram na definição de intangível e que atendam aos critérios de reconhecimento.

Deve ser avaliada, ainda, a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis podem ser reconhecidos de três formas (MCASP, Pág. 178):

- Aquisição separada;
- Geração interna;
- Aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Deve ser ressaltada a complexidade desse procedimento e a carência pessoal qualificado para sua consecução.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor de mercado, segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

6.1.2 Justificativa quanto à aplicação dos procedimentos patrimoniais

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9, 16.10 e 16.11 são de aplicação obrigatória por todos os órgãos e/ou entidades da Administração Direta e Indireta, de todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Versa-se sobre procedimentos contábeis patrimoniais de alta complexidade, periódicos e sistemáticos que requerem a elaboração de estratégia ou plano de aplicação, considerando as deficiências de pessoal porque passa a Instituição. Além disso, muitos deles ensejam a aquisição de recursos tecnológicos que propiciem o adequado, o eficiente e o tempestivo tratamento.

Os procedimentos de reconhecimento e mensuração dos elementos componentes do patrimônio devem ser realizados, conforme as competências regimentalmente atribuídas, por diversos setores da Instituição, que carecem de ser dotados de recursos humanos e materiais para a consecução desses trabalhos.

Bom exemplo é a reavaliação dos bens móveis e imóveis (Imobilizados) da Fundação ter sido necessariamente executada mediante a contratação de serviços técnicos profissionais junto à pessoa jurídica Linkdata Informática e Serviços S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 24.936.973/0001-03, conforme a Ata de Registro de Preços nº 21/2013 e o Pregão nº 22/2013. Medida por demais paliativa e onerosa, considerando a recorrência das circunstâncias que motivaram a contratação.

Nesses termos, a FUNASA está buscando meios de prover os quadros dos seus diversos departamentos com pessoal qualificado para execução dos procedimentos contábeis patrimoniais, inclusive com a solicitação de abertura de concurso público junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ao mesmo tempo, busca-se a criação/aquisição de ferramentas tecnológicas que propiciem o adequado e tempestivo tratamento das rotinas de trabalho, de forma a buscar o atingimento dos objetivos institucionais eficaz, efetiva e eficientemente, inclusive no que concerne à aplicação das orientações e procedimentos técnicos contábeis de natureza patrimonial.

6.1.3 Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Informações de Custos, instituído pela Portaria STN nº 157/2011, cria os órgãos Central e Setoriais de Custos, no âmbito do Poder Executivo Federal, nos Ministérios e na Advocacia-Geral da União, pertencentes à estrutura da Administração Direta.

A criação da Seccional de Custos nas entidades da Administração indireta depende de ato normativo do Órgão Superior ao qual se encontram vinculadas. Nesses termos, a criação do setor na FUNASA está em fase de estudo e levantamento dos recursos necessários à consecução da apuração dos custos dos programas e atividades afeitas à Instituição. Pondere-se que a criação da unidade de custos requer a alteração da estrutura regimental e a alocação de recursos materiais, bem como a requisição de pessoal qualificado.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Quadro 6.3.1 – Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ÓRGÃO SUPERIOR	38211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.822.490,59	2.535.381,01
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.822.490,59	2.535.381,01
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.822.490,59	2.535.381,01
Transferências Financeiras Recebidas	2.820.084,80	2.496.463,37	Transferências Financeiras Concedidas	746,35	138.677,71
Resultantes da Execução Orçamentária	2.729.618,30	2.438.707,08	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	2.729.618,30	2.438.707,08	Independentes da Execução Orçamentária	746,35	138.677,71
Independentes da Execução Orçamentária	90.466,50	57.756,29	Movimento de Saldos Patrimoniais	746,35	138.677,71
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	90.466,50	57.756,29	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	105.043,93	68.094,28
Recebimentos Extraorçamentários	230.855,76	251.131,46	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	81.691,11	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	53.394,26	81.691,11	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23.352,82	68.094,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	93.113,84	30.762,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-19.957,58	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	84.347,66	158.635,29			
Arrecadação de Outra Unidade	84.347,66	138.677,71			
Demais Recebimentos	-	19.957,58			
Saldo do Exercício Anterior	25.399,41	19.957,58	Saldo para o Exercício Seguinte	148.059,10	25.399,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.399,41	19.957,58	Caixa e Equivalentes de Caixa	148.059,10	25.399,41
TOTAL	3.076.339,97	2.767.552,41	TOTAL	3.076.339,97	2.767.552,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
10/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
10/02/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	2.822.490,59	2.822.490,59
TOTAL	-	-	2.822.490,59	2.822.490,59
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.736.214,85	2.723.042,93	2.675.306,89	-2.736.214,85
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	2.736.214,85	2.723.042,93	2.675.306,89	-2.736.214,85
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	86.275,74	6.333,82	675,60	-86.275,74
Investimentos	-	-	86.275,74	6.333,82	675,60	-86.275,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.822.490,59	2.729.376,75	2.675.982,49	-2.822.490,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.822.490,59	2.729.376,75	2.675.982,49	-2.822.490,59
TOTAL	-	-	2.822.490,59	2.729.376,75	2.675.982,49	-2.822.490,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	30.762,64	23.352,82	23.352,82	7.409,82	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	30.762,64	23.352,82	23.352,82	7.409,82	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	30.762,64	23.352,82	23.352,82	7.409,82	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	81.691,11	81.691,11	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	81.691,11	81.691,11	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	8.615,00	-	-	8.615,00
Investimentos	-	8.615,00	-	-	8.615,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	90.306,11	81.691,11	-	8.615,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - AL
ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.192.300,18	1.075.039,48	PASSIVO CIRCULANTE	81.966,84	110.263,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	148.059,10	25.399,41	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	990.382,23	990.382,23	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	62.009,26	90.306,11
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	53.858,85	59.257,84	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	19.957,58	19.957,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.443.341,27	11.971.742,96	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	81.966,84	110.263,69
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	17.443.341,27	11.971.742,96			
Bens Móveis	2.009.870,13	2.815.294,51			
Bens Móveis	2.244.399,24	3.471.318,55			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-234.529,11	-656.024,04			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	15.433.471,14	9.156.448,45			
Bens Imóveis	15.502.894,42	9.198.918,50			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-69.423,28	-42.470,05			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível					
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	18.635.641,45	13.046.782,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.635.641,45	13.046.782,44

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	148.059,10	25.399,41	PASSIVO FINANCEIRO	175.080,68	141.026,33
ATIVO PERMANENTE	18.487.582,35	13.021.383,03	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	18.460.560,77	12.905.756,11

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	46.615,77	46.615,77	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.405.550,22	4.137.861,33
Execução dos Atos Potenciais Ativos	46.615,77	46.615,77	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.405.550,22	4.137.861,33
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	46.615,77	46.615,77	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	9.405.550,22	4.137.861,33
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	46.615,77	46.615,77	TOTAL	9.405.550,22	4.137.861,33

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-27.021,58
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-110.622,89
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	83.601,31
TOTAL	-27.021,58



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	123.335,29	57.131,83
INGRESSOS	2.904.432,46	2.635.141,08
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.904.432,46	2.635.141,08
Ingressos Extraorçamentários	-	-19.957,58
Transferências Financeiras Recebidas	2.820.084,80	2.496.463,37
Arrecadação de Outra Unidade	84.347,66	138.677,71
Demais Recebimentos	-	19.957,58
DESEMBOLSOS	-2.781.097,17	-2.578.009,25
Pessoal e Demais Despesas	-2.760.424,06	-2.428.901,32
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-2.760.424,06	-2.428.901,32
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL

ORGAO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.926,76	-10.430,22
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-19.926,76	-10.430,22
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-746,35	-138.677,71
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-746,35	-138.677,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-675,60	-51.690,00
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-675,60	-51.690,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-675,60	-51.690,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.659,69	5.441,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	25.399,41	19.957,58
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	148.059,10	25.399,41



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.780.723,26	2.689.010,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.841.644,53	2.502.034,45
Transferências Intragovernamentais	2.820.084,80	2.496.463,37
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	21.559,73	5.571,08
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos	6.938.332,38	48.298,17
Reavaliação de Ativos	6.842.826,88	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	95.505,50	48.298,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	746,35	138.677,71
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
10/02/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	746,35	138.677,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.798.079,81	3.042.204,86
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	68.318,55	64.557,80
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	68.318,55	64.557,80
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.032.314,52	2.756.815,69
Uso de Material de Consumo	141.316,80	134.026,88
Serviços	2.549.921,54	2.323.848,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	341.076,18	298.939,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	550.688,09	154.138,48
Transferências Intragovernamentais	746,35	138.677,71
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	549.941,74	15.460,77
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	107.015,99	16.463,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	54.239,57	-
Perdas Involuntárias	350,00	16.463,01
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	52.426,42	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL
ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	14.078,56	10.241,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.817,56	10.241,09
Contribuições	261,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.664,10	39.988,79
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25.664,10	39.988,79
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.982.643,45	-353.194,53

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

6.4 Conformidade contábil

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) A conformidade contábil é registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pela Setorial Contábil de Órgão- UG/Gestão 255037/36211, localizada na Presidência do órgão em Brasília, por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Os técnicos lotados na setorial analisam os auditores Contábeis, Balanços Patrimoniais, Orçamentário, Financeiro e Demonstrações Contábeis da unidade jurisdicionada e constatando inconsistências, desequilíbrio e contas a regularizar até o fechamento de cada mês, a Conformidade Contábil é registrada com restrição.

b) Foram registradas 05 ocorrências durante o exercício, a Unidade foi alertada por meio de memorandos emitidos pela Setorial Contábil responsável pelo registro da Conformidade Contábil:

Tabela 2 – Conformidade contábil – Ocorrências registradas

Restrições	Título
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB Relatório de Movimentação de Almoarifado dezembro/2016 e Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Imóveis abril/2016
306	APROPRIAÇÃO DESPESAS FORA PERÍODO DE COMPETÊNCIA 21.891.02.00 - Diárias a Pagar
606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANTE 11.112.20.01 - Limite de Saque Com Vinculação - Conta Corrente - 0190000000- vinculação 987
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergência entre o físico e o contábil contas de Bens Móveis - 12.311.00.00
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR 89.991.24.01 - Valores SPINET a Ratificar

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício:

Tabela 3 - Conformidade contábil – Ocorrências não sanadas

Restrição	Título
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB Falta Relatório de Movimentação do Almoarifado - dezembro/2016.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergência entre o físico e o contábil contas de Bens Móveis - 12.311.00.00

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro 7.1.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.575/2012-1	2715/2016	1.7	Ofício nº 7394/2016-TCU/Sefip	25/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Seção de Gestão de Pessoal				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU, em 08/06/2011, as informações necessárias ao acompanhamento da Reclamação Trabalhista 158800-85.1991.5.9.003 em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Aguardando definição do TST.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016/576/2012-8	3502/2016	9.1	Ofício/TCU/Sefip nº 8110/2016	20/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Seção de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Não reconhecer o pedido de reexame da aposentada ao que determina o Acórdão/TCU nº 7658/2015 – 1ª Câmara. (Exclusão do pagamento das rubricas dos Planos Econômicos)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por se tratar de assunto judicial com Decisão Transitado em Julgada e de Liminar Judicial do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Maceió/AL, para manter a implantação das rubricas dos Planos Econômicos nos contracheques dos interessados constantes dos autos da Reclamação Trabalhista nº 0158800-85.1991.5.19.0003.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.577/2012-4	02/2016	1.7	Ofício/TCU/Sefip nº 0604/2016	15/02/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Seção de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Funasa/AL, que providencie a suspensão do pagamentos referentes aos Planos Econômicos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por se tratar de assunto judicial com Decisão Transitado em Julgada e de Liminar Judicial do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Maceió/AL, para manter a implantação das rubricas dos Planos Econômicos nos contra - cheques dos interessados constantes dos autos da Reclamação Trabalhista nº 0158800-85.1991.5.19.0003.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.630/2016-4	7315/2016	1.7.1	Ofício/TCU/Sefip nº 12307/2016	15/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Seção de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Que façam cessar os atos considerados ilegais, (Pagamentos das rubricas dos Planos econômicos 26,06% e 26,05%).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por se tratar de assunto judicial com Decisão Transitado em Julgada e de Liminar Judicial do Juízo da 3ª Vara do trabalho de Maceió/AL, para manter a implantação das rubricas dos Planos Econômicos nos contracheques dos interessados constantes dos autos da Reclamação Trabalhista nº 0158800-85.1991.5.19.0003.				

Fonte: SEGEP/DIADM – SUEST/AL

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve nenhuma recomendação do órgão de controle interno, apenas solicitação de cópia de documentos conforme quadro abaixo.

Quadro 7.2.1 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		PROVIDÊNCIAS ADOTADAS				
		DOCUMENTO	DATA	DOC. EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	STATUS
1	Solicitação de cópia de documentos do Convênio nº 670638	Ofício nº 14843/CGU/AL	10/08/2016	ofício nº 118/SECOV/SUEST/AL	16/08/2016	SECOV	Enviado cópia da documentação	Atendido
2	Solicitação de cópia de documentos do TC/PAC nº 128/2008	Ofício Nº 0700/TCU/SECEX-BA	29/03/2016	ofício Nº 060/SECOV/SUEST/AL	12/04/2016	SECOV	Enviado cópia da documentação	Atendido

Fonte: SECOV – SUEST/AL

7.3 Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro 7.3.1 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
28	-	-	-	1	-	-	07	18

Fonte: COTCE, TCE/DIADM e SECOV – SUEST/AL

* Especificar razões

Quanto às tomadas de contas especiais não encaminhados ao TCU no prazo de 180 dias do exercício de instauração, conforme previa o Art. 11 da IN/TCU nº 71/2012, esclarecemos se tratar de processos com ausência ou insuficiência de elementos fáticos e jurídicos necessários ao prosseguimento e que se encontram em fase de saneamento.

Merece destaque o valor referente aos processos não encaminhados da Suest-AL, pois se trata de convênio do Projeto Alvorada, celebrado com a Secretaria de Infraestrutura do Estado, no valor de R\$ 23.585.298,51, que se encontra inadimplente (suspensa), em TCE no valor de R\$ 20.899.033,17, cujo processo encontra-se no Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Presidência da Funasa, para análise técnica, desde 23/06/2016.

Referente ao número de processos de TCE não remetidas ao TCU por terem sido arquivados, esclarecemos tratar-se de processo cujo débito foi recebido, em sede de TCE, fase interna, obtivendo a regularização.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Execução Orçamentária e Financeira, foi realizada dentro das normalidades em acordo com a legislação vigente, tendo em vista que a Seção de Execução emite no primeiro dia útil de cada mês uma programação financeira a Presidência da Funasa. Com referência aos pagamentos das faturas, são realizados de acordo com as descentralizações por parte da Unidade Gestora Central, bem como com os respectivos lançamentos na Conta Contábil do Siafi (Fornecedores).

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Os contratos vigentes firmados por esta superintendência não foram alcançados pela desoneração da folha de pagamento, logo não há conteúdo a declarar.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade foram realizadas obedecendo à legislação vigente e refere-se às publicações de Editais referentes a processos licitatórios da Instituição. Contrato nº02/2014, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Quadro 7.6.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (R\$ 1,00)	Valores pagos (R\$ 1,00)
Institucional	-	-	-
Legal	10122211520000001 – Administração da Unidade – Nacional	19.122,57	15.945,52
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SAOR/DIADM – SUEST/AL

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Dentre as ações realizadas, merece destaque a participação da FUSANA/SUEST/AL na FPI- Fiscalização Preventiva Integrada - na Bacia do Rio São Francisco, contemplando vários municípios alagoanos.

9 CONCLUSÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2016 consolidou o comprometimento dos servidores da instituição com o que foi preconizado no planejamento.

Dessa forma, a feitura do Relatório de Gestão não se limitou ao cumprimento estrito da necessidade legal. Todas as informações nele contidas foram analisadas observando desde a fonte geradora das mesmas, passando pela crítica dos processos de trabalho, até a comparação com os indicadores de desempenho da instituição.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar. E que o esforço institucional incrementado visou, principalmente, a melhoria dos processos de trabalhos e de gestão, contribuindo de forma determinante para o cumprimento da missão institucional.

DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **DOMÍCIO JOSÉ GREGÓRIO ARRUDA SILVA**, CPF nº 505.595.754-91, Superintendente, exercido na Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió/AL, 07 de março de 2017.

DOMÍCIO JOSÉ GREGÓRIO ARRUDA SILVA
CPF nº 505.595.754-91
Superintendente Estadual da Funasa em Alagoas

DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Maceió/AL, 07 de março de 2017.



DOMÍCIO JOSÉ GREGÓRIO ARRUDA SILVA
CPF nº 505.595.754-91
Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) A conformidade contábil é registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pela Setorial Contábil de Órgão- UG/Gestão 255037/36211, localizada na Presidência do órgão em Brasília, por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Os técnicos lotados na setorial analisam os auditores Contábeis, Balanços Patrimoniais, Orçamentário, Financeiro e Demonstrações Contábeis da unidade jurisdicionada e constatando inconsistências, desequilíbrio e contas a regularizar até o fechamento de cada mês, a Conformidade Contábil é registrada com restrição.

b) Foram registradas 05 ocorrências durante o exercício, a Unidade foi alertada por meio de memorandos emitidos pela Setorial Contábil responsável pelo registro da Conformidade Contábil:

Conformidade contábil – Ocorrências registradas

Restrições	Título
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB Relatório de Movimentação de Almoxarifado dezembro/2016 e Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Imóveis abril/2016
306	APROPRIAÇÃO DESPESAS FORA PERÍODO DE COMPETÊNCIA 21.891.02.00 - Diárias a Pagar
606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANTE 11.112.20.01 - Limite de Saque Com Vinculação - Conta Corrente - 0190000000- vinculação 987
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergência entre o físico e o contábil contas de Bens Móveis - 12.311.00.00
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR 89.991.24.01 - Valores SPINET a Ratificar

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício:

Conformidade contábil – Ocorrências não sanadas

Restrição	Título
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB Falta Relatório de Movimentação do Almoxarifado - dezembro/2016.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergência entre o físico e o contábil contas de Bens Móveis - 12.311.00.00

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

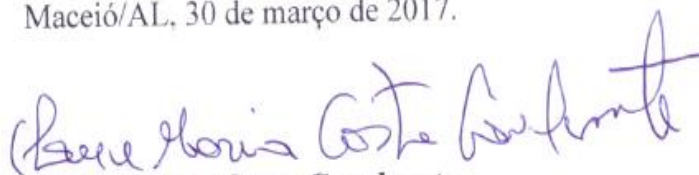
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas			255002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA E RMB - Falta Relatório de Almoarifado - dezembro/2016; b) Divergência entre o controle físico e o contábil em contas Bens Móveis - 12.311.00.0;</p> <p>A regularização é de responsabilidade de cada unidade/setor de acordo com a estrutura organizacional do órgão, cabe a setorial contábil/contador repassar as orientações de regularização por meio de memorandos, mensagens SIAFI, e-mail, comunicador interno e telefone.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	09/02/2017
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	DF-004763

DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas**, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Seção de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Maceió/AL, 30 de março de 2017.



Clauce Maria Costa Cavalcante

CPF nº 089.679.614-04

Chefe da Divisão de Administração
FUNASA-SUPERINTENDÊNCIA/AL
FUNASA - SUEST/AL

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Eqüidade;
- Transparência;
- Eficiência; Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.